

12 CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

LEVANTE SUA BANDEIRA



SER JOVEM
É TER ATITUDE.
É FAZER A DIFERENÇA.
É PARTICIPAR
DA DEMOCRACIA.



Conferência de

CADERNO DE RESOLUÇÕES

EXPEDIENTE

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Secretaria-Geral da Presidência da República

Ministro-Chefe: Luiz Soares Dulci

Secretário-Executivo: Antonio Roberto Lambertucci

Secretaria Nacional de Juventude

Secretário Nacional de Juventude: Beto Cury

Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE

Presidente: Danilo Moreira

Vice-Presidente: Maria Virgínia de Freitas

Secretário-Executivo: José Eduardo de Andrade

Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude

Coordenador-Geral: Danilo Moreira

Coordenador-Executivo: Edson Pistori

Comitê-Executivo: Alex Nazaré, Carlos Odas, Edson Pistori, Elen Linth, José Eduardo de Andrade, Fábio Meireles e Augusto de Oliveira.

Equipe Técnica: Amanda Ayres, Ângela Simão, Antônio Lino, Breno Almeida, Darcy Gomes, Danilo Morais, Eduardo Rombauer, Elisson Prieto, Elita Melo, Eric Meireles, Fabiane Oliveira, Fábio Deboni, Ítalo Beethoven, Jonas Valente, José Ricardo Fonseca, Mauro Mendonça, Paulo Alexandre Passos, Patrícia Nogueira, Pedro Campos, Plínio Marcos de Oliveira, Rafael Librelotto, Vivian Duarte, Alessandro de Leon, Raquel Souza e Wagner Romão.

Equipe de Apoio: Edinaldo Braga, Gabriela Costa, Irene Meireles, James Theodoro, José Almir, Luciana Soares, Maurílio Aquino, Michelle Silva, Sinval Rodrigues e Tina de Freitas.

Comissão Organizadora Nacional: Alexandre Reis, Alex Nazaré, André Lázaro, Antônio Apolinário, Augusto Vasconcelos, Beto Cury, Carla Márcia

Alves, Carlos Odas, Cintia Cruz, Danilo Moreira, Daniel Vaz, Dulcinéia Miranda, Edson Pistori, Elen Linth, Fabiano Kempfer, Fábio Meireles, João Felipe Terena, José Eduardo de Andrade, Luiz Dulci, Manuela D'Ávila, Márcia Ustra, Maria Virgínia de Freitas, Nelsinho Santos, Paulo Lustosa, Reginaldo Lopes, Reinaldo Gomes, Renato Ludwig, Ricardo Ayres, Rodrigo Soares, Stella Taquette e Tereza De Lamare.

Texto: Antônio Lino, Edson Pistori, Jonas Valente e José Ricardo Fonseca.

Tiragem: 15.500 exemplares

Programação visual: W3 Comunicação - Curitiba/PR

www.w3ol.com.br - (041) 3029-0289

Revisão: Assessoria de Comunicação da

Secretaria-Geral da Presidência da República.

Diagramação: Luciane Mendes de Vasconcelos (W3 Comunicação)

Impressão: Dupligráfica Editora LTDA-EPP

Agradecimentos: às Comissões Organizadoras Estaduais, ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Ministério da Cultura, ao Ministério da Educação, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, à Coordenação-Geral de Gestão Interna-SG/PR, à Diretoria de Tecnologia da Informação da Presidência da República (DIRTI), à Diretoria de Recursos Logísticos (DILOG), à Diretoria de Orçamento, Planejamento e Finanças (DIROF), à Holon, ao Instituto Paulo Freire, ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), à Fundação Friedrich Ebert, aos Fóruns de Gestores de Juventude Estaduais e Municipais, à União Nacional das Assembleias Legislativas (UNALE), à Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados, às revistas "Onda Jovem" e "Viração", aos projetos "Cala Boca Já Morreu" e "Um milhão de histórias de Jovens", ao senhor João Bosco (Secretaria Nacional de Articulação Social-SG/PR), à consultora Elita Melo e a todos e todas que contribuíram com o processo da Conferência.

www.juventude.gov.br

Tel. (0++ 61) 3411-1160 ou 3411-3576.

Brasília, Agosto de 2008

Atenção: Avise às pessoas com deficiência visual que esta publicação está disponível no endereço www.escoladegente.org.br.

Este site atende aos padrões nacional e internacional de acessibilidade.

Conselho Nacional
de Juventude

Secretaria Nacional
de Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República



Visite o site: www.juventude.gov.br

EDITORIAL

LEVANTE SUA BANDEIRA!

Quando os jornais datados de 2008 estiverem amarelados de tão antigos, não adiantará consultá-los. A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude não repercutiu com alarde em vistosas manchetes nem ofereceu o sacrifício de mártires à memória nacional. Mas que as próximas gerações saibam e tenham certeza: foi um acontecimento histórico.

Ao longo de oito meses foram realizadas 840 conferências municipais e regionais, em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Além disso, 690 conferências livres foram promovidas por grupos, instituições e organizações em todo o país.

Esse amplo processo de diálogo, que envolveu mais de 400 mil pessoas, culminou numa grande reunião em Brasília, entre os dias 27 e 30 de abril de 2008. Os cerca de 2,5 mil participantes da etapa nacional não ergueram prédios nem monumentos: candangos de outra época foram à capital federal para construir seu próprio legado.

Que os jovens do futuro saibam e tenham certeza: os jovens do presente não se omitiram. Entre outros posicionamentos, disseram "sim" à reforma agrária e à legalização do aborto. Disseram "não" à redução da maioria penal e à discriminação da juventude negra. Exigiram ser letra viva nas páginas da Constituição, com a PEC da Juventude. E africanizaram a pátria amada: o hino nacional foi cantado no embalo de uma vigorosa batucada.

De pé, ovacionaram aqueles e aquelas que não podem levantar de suas cadeiras. Revelaram que o tesouro que se esconde ao final do arco-íris é um pote cheio de diversidade. E em meio a tantas diferenças,

construíram consensos: definiram juntos um norte orientador para as políticas públicas de juventude no Brasil.

Mas a conversa não termina aqui. E é por isso que fizemos esta publicação que você tem em mãos: nas próximas páginas, além de artigos, entrevistas e testemunhos que ajudam a entender melhor todo o processo da Conferência, você encontrará também as 70 resoluções e as 22 prioridades aprovadas por delegadas e delegados à etapa nacional em Brasília. São definições importantes que toda pessoa engajada no movimento pela ampliação e garantia dos direitos juvenis deve conhecer, divulgar e defender.

É importante lembrar também que nada disso aconteceu de uma hora para outra, assim, por acaso. A Conferência é uma conquista de jovens e adultos que nos últimos anos vêm conseguindo colocar a juventude cada vez mais em pauta na agenda política brasileira. Para conseguir novos avanços e evitar retrocessos, a fórmula é a mesma: mais participação.

Os sonhos e propostas dos jovens agora estão impressos num papel oficial: o relatório da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Daqui em diante, o desafio é conseguir justamente o inverso: que as resoluções e prioridades saiam do papel e virem realidade.

Ainda há muito por fazer. Mas uma coisa é certa: a bandeira dos direitos da juventude, que estava hasteada de cabeça para baixo, como se faz nos navios que pedem socorro, não está mais pelo avesso. Os jovens arriaram o pano, inverteram sua posição. E agora o içam novamente. Para o alto do mastro, onde é o seu lugar.



Visite o site: www.juventude.gov.br

CONFERÊNCIA FOI UM MARCO IMPORTANTE NA AGENDA DO PAÍS

A I Conferência Nacional de Juventude foi um marco importante na agenda do país. Avaliada positivamente por 85% dos participantes, a Conferência foi antecedida por um intenso processo de diálogo que, durante oito meses, mobilizou 400 mil pessoas em municípios e estados brasileiros. Foram realizadas 841 conferências municipais e regionais e outras 27 estaduais.

Essa mobilização deixa claro que os jovens têm interesse em colaborar e participar da vida nacional e da construção das políticas públicas de juventude. Esta foi a primeira conferência de uma política muito recente, que começou a ganhar peso com o empenho direto do presidente Lula, que sempre demonstrou sua sensibilidade em relação ao tema.

Em 2005, foi dado o primeiro passo para a construção da Política Nacional de Juventude, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). A Secretaria e o Conselho, que têm 2/3 de integrantes da sociedade civil, têm desempenhado um papel fundamental na consolidação dessa política. É nesse ambiente democrático que o governo federal vem mantendo o diálogo com a sociedade brasileira, em especial os jovens, que agora conquistam o seu próprio espaço na agenda das políticas públicas.

Além de garantir o direito à participação, a Conferência veio reforçar um segundo aspecto relevante da Política Nacional de Juventude, que é o incentivo à multiplicação de espaços institucionais específicos para os jovens, que foram e estão sendo instalados nos estados e municípios brasileiros. Embora já tenhamos avançado muito, com a criação de conselhos, secretarias e coordenadorias de juventude, não temos ainda uma política voltada para a juventude consolidada em todos os entes da Federação.

Não podemos deixar de mencionar a qualidade das propostas apresentadas e das deliberações do encontro, envolvendo temas já consagrados tais como trabalho, educação, saúde, esporte e cultura, entre outros. Isso veio ratificar a nossa convicção de que precisam ser desenvolvidas ações específicas que respeitem as peculiaridades do público juvenil.

Estamos convencidos de que as resoluções da Conferência trarão contribuições importantes, ajudando-nos a construir uma Política Nacional de Juventude que seja verdadeiramente capaz de atender às necessidades dos nossos jovens, a começar pela inclusão daqueles que hoje se encontram privados de uma vida plenamente cidadã, excluídos da escola, do mercado de trabalho, do acesso ao esporte e aos bens culturais, ou seja, que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social.

Para enfrentar o grande desafio da exclusão juvenil, o governo



Luiz Dulci - Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Lula lançou diversos programas como o Projovem, o ProUni, os Pontos de Cultura e o Programa Segundo Tempo, entre outras iniciativas. Desde 2005, mais de R\$ 1 bilhão foi investido em programas voltados para a juventude, beneficiando cerca de 800 mil jovens em todo o país. Com o lançamento do Projovem Integrado, que entra em vigor este ano, o governo pretende ampliar ainda mais esse número. Até 2010 serão criadas oportunidades para atender mais 3,5 milhões de jovens, oferecendo-lhes formação profissional, elevação de escolaridade e acesso a ações de cidadania.

O grande desafio da Política Nacional de Juventude é consolidar-se enquanto política de Estado. Isso só será possível se houver a união de todos, governo e sociedade, como foi demonstrado na realização da I Conferência Nacional de Juventude. O encontro contou com a participação especial de jovens movidos por valores morais e convicções políticas, mas principalmente pela vontade de contribuir com um projeto nacional de desenvolvimento, que transforme o Brasil em um país mais justo e mais digno para todos os brasileiros.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Para a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foram tomadas diversas medidas, a fim de oferecer igualdade de oportunidades de participação a todos, o que incluiu jovens com deficiência.

Além dos delegados com deficiência, eleitos nas etapas estaduais e municipais, a Comissão Organizadora Nacional reservou um número de vagas para jovens com deficiência, que foram indicados, a fim de garantir a diversidade no evento. Para tanto, foi realizado um trabalho de articulação entre representantes da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal, da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência do Distrito Federal e do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil. Esses órgãos e entidades trabalharam no sentido de escolher jovens que representassem os diversos segmentos da deficiência (física, auditiva, mental, visual e múltipla) e que fossem lideranças no movimento para ocupar as vagas reservadas.

Foram obedecidos os preceitos estabelecidos nas Leis nº 10048 e 10098, ambas de 2000, e no Decreto nº 5296/2004, que tratam de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Para os participantes com deficiência auditiva, foi assegurada a presença de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais em todos os momentos do evento: na abertura, nos grupos de trabalho, nas plenárias e no encerramento. Aos jovens com

deficiência visual foram oferecidas cópias de todo o material do evento em braille e em caractere ampliado. Além disso, o sítio eletrônico com as informações sobre a Conferência ofereceu acessibilidade digital. Quanto ao acesso físico, o local do evento foi provido de rampas, banheiros e guichês adaptados, no intuito de garantir o acesso livre de barreiras às pessoas com deficiência física e com mobilidade reduzida. Para os delegados com deficiência de outros estados, foi providenciada hospedagem em hotéis com quartos acessíveis e transporte em vans adaptadas. Os jovens contaram ainda com auxiliares de enfermagem, que ajudaram os participantes com deficiência em tarefas como locomoção e alimentação.

O resultado foi muito positivo e comemorado pelo movimento de pessoas com deficiência. A participação desse grupo chamou a atenção dos demais delegados para o tema e os jovens com deficiência conseguiram inserir entre as 22 prioridades da Conferência a proposta de ratificação imediata da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Tal proposta foi recentemente ratificada pelo Congresso Nacional, já está em vigor e tem força constitucional. Por isso fizemos questão de começar esta publicação comemorando a vitória de uma das 22 prioridades aprovadas pela Conferência Nacional de Juventude e torcendo para que o exemplo dado pela organização da etapa nacional se espalhe por todo o país.

Para saber mais sobre o assunto e conhecer o texto integral da Convenção, acesse o site: www.presidencia.gov.br/sedh/corde.

MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE ADOTADAS NA CONFERÊNCIA:

- rampas
- sanitários adaptados
- guichês adaptados
- material impresso em braille
- material impresso em caractere ampliado
- intérprete de Libras
- site acessível
- hospedagem em quartos acessíveis
- vans adaptadas



UMA CONFERÊNCIA INOVADORA

Desde os primeiros momentos da organização, a equipe da Secretaria Nacional de Juventude, em conjunto com a Comissão Organizadora Nacional, compreendeu que quando o assunto é participação não há respostas prontas, nem modelos acabados. Aprendemos e adaptamos as experiências de outras conferências, sem perder de vista que a 1ª Conferência Nacional de Juventude deveria ser um processo singular, criativo e inovador.¹

Reconhecer e valorizar a diversidade: Consulta Nacional aos povos e comunidades tradicionais

A nossa perspectiva era garantir a participação da juventude brasileira na sua mais ampla pluralidade e diversidade. Por isso, buscamos incluir no processo da formulação das políticas públicas as comunidades que historicamente estavam excluídas. Participaram da consulta jovens e representantes de diversos povos e comunidades tradicionais, dentre eles: quilombolas, indígenas, ciganos, terreiros, ribeirinhos, pomeranos e mais 15 (quinze) outras populações tradicionais.

As discussões e propostas elaboradas pelos participantes foram encaminhadas como contribuição à etapa nacional da Conferência. Para Alex Nazaré, assessor da Secretaria Nacional de Juventude, que coordenou a consulta, o evento foi importante “para que as juventudes de populações tradicionais se encontrassem e descobrissem conjuntamente que existem coisas em comum, tanto no que diz respeito à fragilidade das políticas públicas voltadas a esses jovens, quanto no fortalecimento de suas raízes, tradições e culturas, que devem ser preservadas e cada vez mais difundidas”.

Para realizar a consulta, a Secretaria contou com a parceria da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Fundação Nacional do Índio, Fundação Palmares, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Valorização das experiências locais: Conferências Municipais eletivas

As conferências municipais aumentaram a abrangência da participação e enriqueceram o debate. Uma inovação importante foi a possibilidade das conferências municipais elegerem delegados diretamente à etapa nacional, condicionadas à existência formal de órgão institucional específico de juventude (secretaria, coordenadorias, assessorias ou conselhos). Os objetivos dessas conferências eram: a) identificar os municípios com estruturas institucionais de juventude; b) valorizar as experiências de gestão local; c) estimular a criação de novos órgãos de juventude.

Ao final, 244 municípios realizaram conferências e elegeram dois delegados para a etapa nacional (um do poder público e outro da sociedade civil). O resultado foi relevante, pois favoreceu a institucionalização da temática em diversas administrações municipais e trouxe para etapa nacional experiências locais. Estimamos que aproximadamente 140 novos órgãos foram criados durante o processo da Conferência.

Momento interativo

Os processos participativos possuem grandes dificuldades na sistematização das propostas elaboradas em pequenos grupos e, posteriormente, na aprovação coletiva em plenário. Essas dificuldades geram frustrações nos participantes por dois motivos principais:

- A falta de tempo para uma discussão democrática, devido à grande quantidade de propostas que chegam à plenária final e a falta de identificação dos participantes com as propostas, devido ao “engugamento” do número de propostas que chegam à plenária final.

Nesse sentido, a utilização do método denominado “momento interativo” possibilitou a superação dessas dificuldades na medida em que permitiu que muitas propostas fossem votadas ao mesmo tempo e possibilitou que todos os participantes pudessem exercer o direito de convencer os demais sem muita restrição de tempo.

Outra “vantagem comparativa” em relação ao método usual estava na possibilidade de distribuir votos em mais de uma proposta. Isso garantiu que tanto os grandes consensos sobre questões gerais quanto temas específicos fossem aprovados sem necessitar de exercícios de maiorias em plenário.

Com isso, acreditamos que o momento interativo diminuiu a tensão da disputa entre os participantes, atenuou o impacto das práticas competitivas entre os grupos sem que com isso houvesse perda na participação. Sem dúvida, o resultado mais positivo foi a construção de deliberações amplamente reconhecidas e legitimadas por todos.

Pluralidade de representação: o voto triplo na escolha de delegados

Num processo de conferência em que há a participação de milhares de pessoas, a composição das delegações é uma questão complexa. O problema da pluralidade e legitimidade das delegações precisava ser resolvido para não gerar conseqüências negativas no objetivo mais importante: o debate de idéias.

Nesta Conferência a maioria dos delegados foi eleita nas etapas estaduais: 1210 em um total de 2010 possíveis. Por isso, nestas etapas, propusemos um método diferenciado para eleição dos delegados à etapa

nacional. Para tanto consideramos três aspectos:

- A eleição por chapas (processo mais comum) tanto pelo método majoritário quanto pelo método proporcional sempre gerava muitos questionamentos sobre a qualidade das maiorias e possíveis interferências externas.

- A eleição uninominal, além de sofrer dos mesmos problemas da eleição por chapa, ainda estimulava a lógica do personalismo, que é muito nociva para o processo de representação.

- Nos dois métodos a pluralidade de composição não era considerada e, portanto, a representação é, em muitos casos, distante da realidade social, regional e étnica do local.

A solução foi estruturar a eleição em um voto trinomial, onde cada participante votava em três candidatos a delegado nacional, obedecendo a um critério de gênero (dos três nomes no voto pelo menos um tinha que ser de gênero diferente) e outro critério de regionalidade (pelo menos um tinha que ser de um município diferente). Assim os nomes mais votados comporiam a delegação à etapa nacional.

Com essa fórmula foi possível contemplar nas delegações um equilíbrio da representação de gênero e da relação entre capital e interior dos estados. A indução da formação de pequenas chapas possibilitou que grupos com poucos participantes se expressassem e limitou o controle do delegados devido à grande pluralidade de atores, organizações, regiões, identidades e equilíbrio entre os gêneros.

Participação em rede: Conferências Livres

Considerada a inovação mais criativa e original, as conferências livres possibilitaram um novo modo de mobilização e participação em rede. Em geral, as conferências são realizadas com uma via única de participação territorial, ou seja, para contribuir com a etapa nacional, é preciso comparecer exclusivamente num evento municipal ou estadual. Muitas vezes os espaços são organizados de forma pré-fixada, restringindo a participação e o acesso das pessoas que moram mais distantes e/ou que não têm condições de chegar ao evento.

As Conferências Livres incentivaram que os interessados preparassem os eventos a partir de seus próprios conceitos. Assim, houve liberdade para organizar essa participação de maneira mais produtiva, permitindo a experimentação e a criação de novas metodologias. Com isso, conseguimos valorizar as experiências dos participantes e reconhecer que as redes são uma importante energia para mobilização social.

A construção de agendas mais flexíveis e metodologias mais adequadas fez com que 138 mil pessoas participassem de 689 Conferências Livres promovidas em todo país. Sem preocupação com a eleição de delegado, mas com a motivação de enviar propostas diretamente para a sistematização nacional, as Livres, como ficaram conhecidas, apresentaram 3.868 propostas à etapa nacional.

É importante o Estado reconhecer e compreender que a sociedade também se organiza em redes, e por isso precisa desenvolver métodos para se relacionar melhor com elas. Neste sentido, as conferências Livres foram uma boa iniciativa. Um exemplo disso é que outras conferências, como a Conferência Nacional de Segurança Pública, pretendem adotar as conferências livres como uma das vias de participação.

O Processo da Conferência

Para realização da Conferência foram desenvolvidas vias de participação (por territórios e por redes) e formas de discussão (metodologia).

Vias de participação

A participação na Conferência foi estruturada com uma via territorial e uma via por redes. Dessa forma buscou-se contemplar tanto as formas de participação pelos municípios e pelo estado, quanto as novas formas que não têm limite territorial, mas consideram de maneira mais integral a diversidade.

Via territorial ETAPAS PREPARATÓRIAS

(Apresentaram propostas. Não elegeram delegados.)

Conferências Municipais e Regionais Preparatórias – realizadas em municípios que não possuem órgão institucional específico de juventude.

ETAPAS ELETIVAS

(Apresentaram propostas e elegeram delegados para Etapa Nacional) Conferências Municipais Eletivas – realizadas em municípios com órgão institucional específico de juventude. Cada etapa elegeu 2 delegados, sendo 1 do poder público e 1 da sociedade civil. Ocorreram em 244 cidades.

Conferências Estaduais – realizadas nos 26 estados e no Distrito Federal. Elegeram delegados de acordo com a proporção de habitantes de cada Estado.



1 - As inovações foram desenvolvidas pela equipe da Secretaria Nacional de Juventude com o apoio do Grupo Holon.

Via redes CONFERÊNCIAS LIVRES

- Com o objetivo de ampliar e diversificar as formas de participação na Conferência elas foram organizadas nos mais variados âmbitos da sociedade civil e poder público.
- As entidades ou entes proponentes tiveram liberdade no formato e metodologia destas etapas. Muitas aconteceram dentro das dinâmicas já existentes, como encontros nas escolas, conselhos (saúde, educação, meio ambiente), festivais de cultura, projetos sociais, programas de governo, mobilizações temáticas.
- Para serem reconhecidas tiveram que enviar um relatório contendo os produtos da discussão (desafios e soluções).

CONSULTA NACIONAL AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Com o objetivo inicial de efetivar a participação de quilombolas, indígenas, comunidades de terreiros e ciganos. Teve sua representatividade ampliada e envolveu jovens faxinalenses, pomeranos, pantaneiros, ribeirinhos, mestiços, caiçaras, pescadores artesanais, extrativistas, seringueiros entre outras populações tradicionais.
- A consulta elegeu 60 delegados à etapa nacional.

Metodologia

A metodologia da Conferência teve como objetivos:

1. Propiciar formas de sensibilizar a sociedade para o tema;
2. Disseminar informações sobre os três eixos da Conferência: Juventude: democracia, participação e desenvolvimento nacional; Parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude; Desafios e prioridades para as políticas públicas de juventude;
3. Possibilitar a formulação de boas propostas de políticas públicas.

Para isso se efetivar:

- foram elaborados materiais de apoio: cadernos temáticos, documento base, manual da comissão organizadora, modelo de relatórios, etc;
- foram sugeridos espaços de sensibilização que ajudaram a garantir a expressão da diversidade;
- foi utilizada uma lógica de priorização de idéias que ajudaram a qualificar as propostas discutidas.

Para dar um mínimo de padronização em todo o processo da Conferência foi sugerida uma metodologia com três momentos:

Contextualização: Apresentação do texto-base da Conferência, com as principais questões relativas à temática e a síntese histórica das Políticas Públicas de juventude.

Mapeamento das Bandeiras: visava garantir a expressão da diversidade de interesses e demandas presentes na Conferência.

Priorização de desafios e soluções: visava definir as propostas prioritárias do processo de discussão. Dentre todas as propostas apresentadas nos grupos de trabalho os participantes deveriam identificar até vinte e umas (21) soluções (propostas) para serem aprovadas.

Em todas etapas houve exceções, variações e adaptações às realidades locais. Mas a avaliação geral dos participantes foi de que a metodologia ajudou nas discussões e na interação dos participantes.

Todo esse processo foi coordenado nacionalmente pela Comissão Organizadora Nacional e, nos estados, pelas Comissões Organizadoras Estaduais. Essas comissões foram compostas com a participação da sociedade civil e representações institucionais do Poder Executivo e Legislativo.



UM OLHAR SOBRE AS PROPOSTAS

A juventude quer mais políticas universais

Durante todo o processo da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude se confirmou algo que diversas pesquisas já apontavam: educação e trabalho são as fortes reivindicações dos jovens brasileiros.

Mas não foi só isso. Os jovens também reivindicaram seus direitos à cultura, esporte, sexualidade e saúde, participação política, meio ambiente, segurança, diversidade, tempo livre e fortalecimento institucional do tema juventude. São assuntos diferentes, mas com algo em comum: para todos eles os jovens propuseram que haja maior financiamento e mais equipamentos públicos. Isso reforça a certeza de que as políticas universais ainda não chegaram para uma parcela significativa da juventude e indica onde o Estado deve concentrar seus investimentos.

Cada vez mais as singularidades da juventude têm sido reconhecidas como direitos que devem ser efetivados como políticas públicas. O tema "cultura" (em terceiro lugar na recorrência de propostas) e o "tempo livre, esporte e lazer" (nono lugar entre 16 temas), confirmam a necessidade de que o Estado deve formular políticas que dialoguem com as demandas

desse segmento da população.

Mas a juventude não pensou só nas suas reivindicações específicas. Os jovens debateram e afirmaram opiniões sobre vários temas polêmicos na agenda pública. Dentre eles, vale destacar a questão da legalização do aborto, que aparece entre as propostas mais recorrentes no tema Sexualidade e Saúde. No tema Segurança, os jovens se posicionaram contra a redução da maioridade penal e apresentaram propostas ligadas aos direitos humanos e à polícia comunitária.

Como se pode notar, as propostas da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude contradizem o senso comum de que os jovens são apáticos e não gostam de política. Tanto pela quantidade de propostas (o tema "participação política" aparece em quarto lugar na recorrência de propostas) quanto pelo número de participantes (402 mil, em mais de mil municípios, durante todo o processo), fica evidente que o aperfeiçoamento da democracia passa pela inclusão dos jovens nos debates e decisões sobre os rumos do país.

Propostas analisadas para a Etapa Nacional



Observação: as propostas sínteses foram encaminhadas à Etapa Nacional.

Beto Cury

Secretário Nacional de Juventude

Qual a sua avaliação geral do processo da Conferência?

A minha avaliação é muito positiva. Foi uma Conferência que mobilizou mais de 400 mil pessoas, entre jovens e adultos, no Brasil inteiro. Todos os estados realizaram suas Conferências, 841 cidades fizeram as Conferências Municipais e aconteceram 700 Conferências Livres, envolvendo as mais diversas juventudes. Realizamos Conferências Livres com jovens que participavam da Mostra de Cinema de Tiradentes, passando por juventudes indígenas e jovens privados de liberdade, no Cage, em Brasília. Enfim, foi uma Conferência que conseguiu mobilizar um conjunto de atores de diversos segmentos juvenis, o que possibilitou um processo profundo e amplo de debates sobre a construção de uma Política Nacional de Juventude. Eu não tenho dúvida de que demos um passo decisivo para a consolidação da temática juvenil como política de Estado.



Você considera que a Conferência conseguiu cumprir seus objetivos?

Cumriu sob todos os pontos de vista. Sob o ponto de vista da mobilização, do aprofundamento do debate sobre a política de juventude e cumpriu, também, no fortalecimento da temática juvenil na agenda das políticas públicas. Ao mobilizar jovens e adultos, em todos os estados e em centenas de municípios, isso acaba forçando os agentes políticos locais – prefeitos, secretários, governadores – a debaterem o tema. Em vários eventos das Conferências de Juventude houve a presença do prefeito da cidade, do prefeito da capital, do governador do estado, e isso reforça a discussão. Eu não tenho dúvida de que a temática saiu política e institucionalmente fortalecida desse processo.

E o perfil dos participantes, foi o esperado?

O perfil foi o mais variado possível. Realizamos, por exemplo, a Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais, reunindo jovens indígenas, quilombolas, ciganos e pomeranos numa agenda inédita, já que nenhuma Conferência havia pensado em realizar uma consulta às comunidades tradicionais e debater a temática juvenil sob o ângulo de jovens que muitas vezes não são vistos e não aparecem como público passível de inclusão numa política pública. Então, essas diversas juventudes que citei – jovens soldados, índios, ciganos, jovens de classe média que estavam na Mostra de Cinema, estudantes que participavam dos congressos da UNE e da UBES, jovens da periferia na Cidade de Deus – elas refletem essa diversidade que enriqueceu o processo da Conferência.

Quais foram os pontos fortes do processo?

O ápice de todo o processo foi a etapa nacional. É preciso entender a Conferência como um processo que inclui as Conferências Livres, a Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais, as Conferências Municipais e Estaduais, tendo como coroamento a Conferência Nacional. Uma coisa importante a destacar, além da mobilização, da discussão de conteúdo, foi a metodologia utilizada, que acabou possibilitando que as mais de 4000 propostas recebidas das etapas preparatórias pudessem ser filtradas, num debate político profundo, resultando nas 70 resoluções e 22 prioridades apresentadas ao final do encontro. Ou seja, hoje o governo federal e os governos estaduais e municipais têm mais claro por onde devem caminhar no sentido de consolidar a Política Nacional de Juventude. Ali você tem os mais diversos temas, aqueles que se referem à juventude negra, à juventude engajada com meio ambiente, com educação, trabalho, cultura e esporte, ou seja, se pegarmos as 22 prioridades vamos perceber essa transversalidade necessária que uma política de juventude deve ter. A política pública de juventude consolida-se na medida em que compreende essa intersectorialidade, essa passagem do tema pelas diversas áreas setoriais. Eu acho que esse foi o grande mérito da Política Nacional de Juventude.

“ Hoje o governo federal e os governos estaduais e municipais têm mais claro por onde devem caminhar no sentido de consolidar a Política Nacional de Juventude”.

E o que pode ser melhorado para uma segunda Conferência?

Eu diria que alguns aspectos, que de forma alguma comprometeram o conteúdo ou a qualidade da Conferência, podem ser melhorados. Como exemplo, posso citar a própria metodologia implementada, que foi boa mas, por ter sido a primeira experiência, percebemos que pode ser aperfeiçoada. Uma coisa que podemos fazer com mais qualidade numa segunda Conferência diz respeito à participação das comunidades tradicionais. Nós conseguimos reunir, aqui em Brasília, dezenas de jovens de diversas etnias, mas acho que poderíamos ter realizado o processo de baixo para cima, ou seja, iniciando a consulta pelos municípios e estados, culminando com o processo nacional. Com certeza nós moveríamos não dezenas, mas, quem sabe, milhares de jovens, o que possibilitaria um debate com mais conteúdo. Mas como primeira experiência, acho que foi positiva, embora este seja um exemplo do que precisamos aperfeiçoar para uma segunda Conferência, que pretendemos, e acho importante, realizar ainda no segundo mandato do presidente Lula, portanto, até 2010.

Como você analisa as resoluções aprovadas?

Com muito otimismo. Primeiro, as resoluções sinalizam que nesses três anos e meio de implementação da Política Nacional de Juventude, iniciada em fevereiro de 2005 – com a criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude, e de programas como o Projovem, entre outros –, que o governo federal já vem atuando numa linha correta. As resoluções reforçam isso, com uma abordagem de prioridades nas mais diversas áreas, como educação, trabalho, cultura, saúde, meio ambiente. Portanto, elas nos orientam, de forma mais clara, que precisamos fazer o que já estamos fazendo, de maneira mais intensa, mais profunda, e com mais vigor. O grande desafio, e acho que nesse aspecto a Conferência também cumpriu o seu papel, é fazer com que a temática se consolide como uma política de Estado, ou seja, como um tema perene na agenda das políticas públicas e não como uma agenda somente de governo.

O QUE DIZEM OS CONSELHEIROS

PARA CONJUVE, CONFERÊNCIA SUPEROU EXPECTATIVAS

Como co-realizador da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), acompanhou de perto todo o processo. Na avaliação dos conselheiros entrevistados, a Conferência superou as expectativas, tanto em relação à quantidade quanto à diversidade de segmentos envolvidos. Concluída a etapa nacional, contudo, o processo não se encerra e o Conselho será um ator fundamental na luta pela concretização das resoluções aprovadas.

Confira algumas opiniões

A Conferência foi muito produtiva, com grande mobilização e envolvimento da juventude, trazendo maior visibilidade às suas demandas e propostas e ao tema das políticas de juventude. Na etapa nacional, a riqueza da diversidade de jovens presentes e dos debates travados se expressaram nas resoluções finais, onde temos pautas importantes de todos os movimentos.

Já nos estados tivemos um processo muito desigual, cujo êxito variou a partir das diferenças na composição das COEs (Comissões Organizadoras Estaduais) e da maior ou menor abertura dos gestores estaduais. Tivemos algumas dificuldades que devem ser enfrentadas e superadas para fazer um processo melhor da próxima vez.

Mas o grande desafio vem agora. Será preciso um grande compromisso por parte das diversas organizações que atuam pelos direitos da juventude para que as resoluções e prioridades da Conferência venham a ser implementadas. E o Conselho não foge a isso, tendo agora a responsabilidade de divulgá-las e buscar as mais diversas formas para fomentar sua implementação.

Maria Virgínia de Freitas (Magi)
Vice-presidente do Conjuve e integrante da Ong Ação Educativa.

A Conferência é uma etapa do processo de afirmação das políticas de juventude no Brasil. Não dá pra negar que houve muitos avanços no que tange à metodologia. Ousar é próprio da juventude e as conferências livres foram o expoente dessa ousadia metodológica. As prioridades tiradas retratam, acredito eu, um avanço na percepção da mudança que se quer para o país, principalmente quando aprovamos, em primeiro lugar, o que tange à juventude negra. No geral a Conferência traz pra nós, principalmente para o Conjuve, uma responsabilidade de sermos guardiões/ãs e propagadores/as das resoluções.

Edney Santos
Pastoral da Juventude Nacional

Como primeira Conferência, ela surpreendeu pela capacidade de mobilização, tanto de pessoas como de idéias. No caso de São Paulo, e talvez seja possível generalizar, o processo cumpriu papel de interiorizar as discussões, uma vez que o pessoal do interior fica sempre ausente dos debates. Por ser a primeira, a Conferência nos aponta uma série de caminhos que precisam ser melhorados para as próximas.

Uma questão é tentar traduzir o acúmulo que veio das etapas municipais e estaduais na etapa nacional, como ápice desta construção coletiva: este é o desafio que precisamos vencer, não só na Conferência Nacional de Juventude, mas na vida política do país. Acho que ainda há espaço para ampliar a diversidade. Ainda que tenha havido representatividade de estados e segmentos, ampliá-la deve ser um objetivo constante.

Luciana Martinelli – Aracati – Agência de Mobilização Social



A avaliação que fazemos é de que houve problemas em algumas etapas estaduais pela dinâmica que alguns governos deram ao processo. Elas poderiam ter produzido inserção maior na sociedade. Isso nos faz ver que é preciso repensar o comprometimento dos estados na próxima edição. A etapa nacional estava muito representativa e todos os movimentos conseguiram sair do evento sentindo-se contemplados pela qualidade do debate e pelo conjunto de resoluções, que expressou os segmentos lá presentes e permitiu aos movimentos voltarem aos seus estados mobilizando a juventude.

A demanda que existe em torno das Políticas Públicas de Juventude mostra que há diversidade de temas e formas de organização, mas todas elas mantêm demandas estruturais, como reforma agrária e redução da jornada de trabalho, incluindo especificidades, como o combate à discriminação racial ou à defesa do meio ambiente. A pauta das políticas públicas de juventude sai fortalecida e agora o desafio é fazer com que as prioridades se transformem efetivamente em políticas na prática.

Severine Macedo – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf

Acho que a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foi uma vitória em todos os aspectos. Em primeiro lugar, por dar visibilidade nacional ao tema, mobilizando centenas de milhares de jovens e de gestores públicos, organizações do movimento social, ONGs, etc. Em segundo lugar, por demonstrar a pujança do movimento juvenil: ao contrário do que muitos gostam de afirmar, nossa juventude segue sendo organizada, combativa e consciente. E, finalmente, por conta da consistência das propostas aprovadas, demonstrando alto grau de maturidade, uma profunda capacidade de reflexão e um elevado nível de conhecimento da realidade brasileira.

Certamente podemos melhorar muito na próxima, em particular na metodologia e na forma de escolha das prioridades. Mas nada nubla a grande conquista que foi a realização desta primeira Conferência. A Secretaria Nacional de Juventude, o Conjuve, os pesquisadores e os gestores estaduais e municipais têm agora um norte claro, definido pelos próprios jovens, para a criação de políticas públicas na área.

Valério Bemfica – Centro Popular de Cultura 8 de março



Assim como a juventude brasileira, o processo da Conferência de Juventude foi irreverente e dinâmico. Para uma parcela da sociedade, a Conferência Nacional de Juventude foi até mesmo surpreendente, afinal, provou que a juventude brasileira não é apática como defendem os mais pessimistas, e que esta juventude quer participar politicamente das discussões do país. Esta constatação tem por base os números refletidos nas Conferências Livres, Estaduais, Municipais, que resultou em um número superior a 400 mil participantes em todo o processo.

A geração jovem dos dias atuais tem bastante referência na juventude das décadas de 60, 70 e início dos anos 80. Mas toma o cuidado de não ser saudosista, sendo tão aguerrida como aquela, ciente de seu papel de destaque nas mudanças da sociedade, mas que compreende que os tempos mudaram, que a conjuntura se difere da anterior e que, portanto, as estratégias de ação também não são mais as mesmas. Mas, acima de tudo, a juventude do século XXI mantém, como herança das gerações anteriores, a ânsia de participar e transformar o Brasil.

A Conferência foi irreverente e dinâmico porque teve a cara e a linguagem da juventude brasileira, porque foi organizada por jovens e, principalmente, porque ousou inovar, instaurando as Conferências Livres, instrumento que favoreceu o debate de idéias e o desejo de participar, mantendo alto o nível das disputas de idéias e da concorrência na eleição dos delegados. O processo da Conferência bebeu muito na fonte das Conferências já consolidadas e organizadas por quem já tem mais anos de estrada. Mas também traz contribuições importantes, inovações e debates que podem muito bem ser absorvidos, fazendo avançar o processo democrático de incluir o povo na elaboração das políticas públicas nos mais diversos âmbitos do Estado.

Márvia Scardua – União Nacional dos Estudantes - UNE

A Conferência foi positiva. Foi um momento histórico aonde conseguimos atender a necessidade da juventude através do diálogo com ela. Vi como pontos positivos a divisão dos grupos de trabalho dentro do Conselho para acompanhar a realização da Conferência nos municípios e estados e a forma como foram conduzidos os grupos temáticos na etapa nacional. Tudo o que foi aprovado foi por meio de um processo democrático onde cada um apresentou suas demandas. Foi apresentado e votado pela juventude. O desafio agora é implementar e garantir os direitos que a juventude elencou ao longo do processo.

Daniel Gutemberg – Rede Nacional de Organizações de Juventude – RENAJU

A experiência da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude representa um poderoso fermento para mudanças na sociedade e na história dos/das jovens do Brasil. A Conferência Nacional, as Conferências Municipais, Estaduais, as Conferências Livres e todos os demais eventos preparatórios representaram oportunidades inéditas para o debate livre, crítico e irreverente. O que é fundamental para o exercício renovado da democracia. Do ponto de vista específico da juventude, a Conferência foi fundamental para ampliar nossa compreensão sobre a atual “condição juvenil”, para caracterizar sua diversidade, dificuldades, demandas e sonhos.

O desafio agora é transformar o conhecimento - teórico e prático - adquirido durante todo o processo da Conferência em subsídios para formular políticas adequadas, aperfeiçoar indicadores de avaliação e para contribuir para a eficácia dos projetos e programas voltados para os/as jovens brasileiros/as. Mas isto ainda não é tudo. Trata-se agora de torcer para que os diferentes segmentos juvenis, ali presentes, agarrem esta oportunidade histórica e levem adiante a autoconstrução da juventude como um sujeito político. Um novo “sujeito de direitos” capaz de reconhecer desigualdades e diferenças, construir agendas comuns, ampliar a participação, atuar no espaço público, pressionar poderes constituídos e exercer controle social efetivo. Assim terá valido a pena fazer a I Conferência (só assim se dará um passo adiante para projetar a próxima).

Regina Novaes – Antropóloga e ex-presidente do Conjuve

Participar da construção da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de juventude me trouxe grandes certezas, dentre elas, a de ter ajudado a reforçar, juntamente com um imenso coletivo, o ativismo social qualificado e responsável. Trouxe também a sensação de direitos exercidos e deveres cumpridos. Tive a grande oportunidade de auxiliar na experiência de um laboratório vivo e dinâmico, que provou que quando sociedade civil e governo dialogam e se respeitam, o resultado inevitavelmente é uma nação melhor e mais justa socialmente. É incomensuravelmente gratificante ver realizado na prática, porém, não acabado, algo que pode ser traduzido, como o reflexo da importância que hoje o Estado brasileiro dá para o que as juventudes têm a dizer.

Solisângela Montes - Conselheira pelo Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT

A 1ª Conferência Nacional de Juventude pode ser considerada um marco nas relações entre a juventude, a sociedade e o poder público, pois sua construção de Norte a Sul do país proporcionou a toda a juventude, sendo ela organizada ou não, o protagonismo. Certamente será inesquecível para aqueles e aquelas que puderam participar desse momento.

Karoline Mendez, Conselho Municipal de Juventude de Campo Grande (MS)



UM BALANÇO DO PROCESSO NOS ESTADOS

As etapas estaduais da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude articularam uma rica diversidade de lideranças e organizações e fortaleceram a temática juvenil nas agendas públicas locais e regionais.

No total, mais de 25 mil pessoas participaram das Conferências Estaduais. A região Nordeste se destacou pela quantidade e pela pluralidade de segmentos e organizações envolvidos. Na região Norte, o destaque foi a presença dos governadores, que em todos os estados participaram da Conferência – isso demonstra a importância que as políticas de juventude vêm conquistando na região. O Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste se destacaram pela participação de jovens “não organizados” – esse é um potencial a ser explorado nessas regiões.

No que se refere ao processo de mobilização promovido por cada COE (Comissão Organizadora Estadual), podemos destacar os eventos de lançamento da Conferência, que reuniram mais de 16 mil pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal, contribuindo para comprometer os atores locais e dar visibilidade ao debate sobre políticas públicas de juventude.

Em relação à metodologia, foram implementadas algumas inovações na forma de eleição de delegados (como, por exemplo, a votação em três pessoas por cédula, obedecendo-se a critérios de igualdade de gênero e de representatividade, tanto do interior quanto da capital) e na discussão e priorização das propostas (como, por exemplo, o “momento interativo”, em

que todos os participantes da Conferência tinham a oportunidade de avaliar e escolher as propostas que considerassem mais relevantes). A intenção era garantir o debate mais democrático possível e a diversidade entre os delegados eleitos que iriam à etapa nacional (do total de 2010 delegados que foram a Brasília, 1210 foram eleitos nas etapas estaduais). Em alguns casos, essas inovações geraram resistências. Em outros, foi justamente por causa delas que se tornou possível superar as dificuldades impostas pelas tensões políticas e pela falta de uma infra-estrutura adequada.

De maneira geral, durante as Conferências Estaduais, aprofundaram-se diagnósticos sobre as condições de vida dos jovens em cada estado e, ao mesmo tempo, formularam-se proposições. As discussões apontaram questões nacionais sem perder de vista a realidade regional. Em alguns estados, a Conferência gerou dois produtos: um relatório com 21 prioridades, que foram levadas para o debate na etapa nacional, e contribuições para um Plano Estadual de Políticas Públicas de Juventude.

Ainda há muito por avançar. O quadro geral continua sendo de ausência e insuficiência das políticas públicas para as necessidades específicas da juventude. Nesse sentido, em muitos casos, as etapas estaduais da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude ajudaram a despertar a atenção de muitos governos para o fato de que o tema tem dimensões estratégicas e, portanto, exige respostas concretas e imediatas.

A Conferência demonstrou que a temática juventude entrou definitivamente para a agenda política nacional. Todos os estados, por meio dos gestores, independentemente dos partidos em que estão filiados, contribuíram para a realização das etapas municipais e estaduais e para a grandeza e diversidade do evento nacional.

**Ricardo Ayres
Secretário de Juventude do Tocantins
Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude.**



CONFIRA O NÚMERO DE PARTICIPANTES POR ESTADO



TOTAL DE PARTICIPANTES: 402.100

DANILO MOREIRA

Presidente do Conselho Nacional de Juventude



Qual a sua avaliação sobre as propostas aprovadas nessa 1ª Conferência?

A conferência aprovou 70 resoluções sobre temas diferentes. Dentre estas, foram estabelecidas 22 prioridades para a Política Nacional de Juventude. Ai tem os temas consagrados nas políticas públicas, como educação, esporte, trabalho e cultura. Estes temas apareceram com muita força, reafirmando a necessidade de investimento nas chamadas políticas universais, respeitando as particularidades juvenis. A Conferência também tomou posições firmes sobre temas polêmicos na sociedade como a legalização do aborto e contra a redução da maioridade penal. Chama atenção, no entanto, a aprovação de resoluções sobre temas que eu chamaria de emergentes, pelo menos quando se trata de juventude. A resolução mais votada da Conferência foi sobre a juventude negra e, entre as 22 prioridades, temos ainda a cidadania LGBT, meio ambiente, jovens com deficiência, juventude do campo, jovens mulheres, etc. Na verdade, as resoluções demonstram um novo arranjo de temas sobre o qual não só o poder público, mas também a sociedade civil, deveriam refletir. O mais importante é que aprovamos uma plataforma de políticas públicas de juventude, com uma força inédita e que deve ser aproveitada ao máximo.

Quais foram as principais polêmicas?

Entre os delegados, na etapa nacional, o sentimento de unidade e os grandes consensos foram predominantes. No entanto, alguns temas não apareceram com a força imaginada ou apareceram de maneira diferente. O trabalho é um bom exemplo. Neste tema o que apareceu com destaque não foi o desemprego e, sim, a necessidade de preparação para o mundo do trabalho e melhores condições de trabalho para os jovens, seja por meio do ensino técnico profissionalizante, seja pela qualificação propriamente dita. A prioridade aprovada nesta área - a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários - diz respeito a uma mudança estrutural do mercado de trabalho que, se colocada em prática, pode garantir ao mesmo tempo melhores condições de trabalho e geração de mais empregos. Vale à pena dizer também que o fortalecimento institucional da política nacional de juventude foi aprovado entre as três prioridades. Tal decisão reflete uma maturidade no debate, pois demonstra que as pessoas que lá estavam não se preocuparam exclusivamente com demandas específicas, mas tinham uma visão integrada e de longo prazo. A priorização do fortalecimento institucional revela o desejo de que a política de juventude não fique à mercê da sensibilidade deste ou daquele governante e que se constitua numa ação permanentemente do Estado brasileiro. Por isso é importantíssima a resolução pela aprovação da PEC da Juventude e do Plano Nacional de Juventude no Congresso Nacional.

Como relacionar a Conferência e o atual momento das políticas de juventude Brasil?

É fato que tivemos uma boa visibilidade, mas também é fato que daqui pra frente teremos muito mais responsabilidades. A conferência colocou a política de juventude em outro patamar, mas já vínhamos num crescente. No primeiro mandato foi uma novidade, que todo mundo aprovou. No segundo mandato, antes mesmo da Conferência, houve um fortalecimento do papel da Secretaria e do Conselho e a ampliação de recursos para os programas. Com a Conferência, nos abrimos de uma forma que não tinha acontecido antes e o resultado foi muito bom. Os desafios são grandes, mas a necessidade de assegurarmos mais direitos para a juventude brasileira é ainda maior e temos obrigação de dar nossa contribuição, sabendo que esta não é uma responsabilidade exclusiva da Secretaria e do Conselho.

Por outro lado, envolver mais de 400 mil participantes, chegar à etapa nacional e ouvir duas mil e quinhentas lideranças de todas as regiões do país, dos mais variados movimentos e de diversos estratos sociais, gritando a uma só voz "1,2,3,4,5 mil a juventude unida vai mudar esse Brasil!", além de impressionante, é motivador.

Qual o papel que o CONJUVE pretende desempenhar neste próximo período?

O Conselho foi co-organizador da Conferência, ao lado da Secretaria Nacional de Juventude, por isso nossa responsabilidade com seus resultados é total. No próximo período o Conselho terá que ser o guardião e o impulsionador das resoluções da Conferência para que as mesmas se tornem questões concretas de políticas públicas. Esses 400 mil participantes da Conferência têm que ter no Conjuve um referencial para sua ação cotidiana. A minha idéia é de que o Conjuve se concentre em duas coisas: a aprovação da PEC da juventude e a divulgação das 22 prioridades aprovadas, nos estados e municípios, por meio do Pacto pela Juventude.

A aprovação de uma PEC, reconhecendo a juventude no texto constitucional, tem um simbolismo muito grande para a nossa construção democrática e expressaria a conquista de uma geração. A PEC também abre caminho para aprovação do Plano Nacional de Juventude e para discussão do Estatuto dos Direitos da Juventude que tramitam no Congresso Nacional. Com estes projetos caminharemos a passos largos para efetivação da política de juventude como uma política de Estado. Por meio do Pacto que será apresentado nos estados e municípios, pretendemos impulsionar o tema nas eleições municipais deste ano, promovendo, suprapartidariamente, um verdadeiro Pacto pela Juventude. Evidentemente, o Conjuve deve continuar desenvolvendo outras atribuições, como apoiar a criação e o fortalecimento de conselhos pelo país e fazer o controle social das políticas do governo.

22 PRIORIDADES DA CONFERÊNCIA

Quatro mil e quinhentas propostas (4500) chegaram à etapa nacional. Esse turbilhão democrático foi cuidadosamente sistematizado e colocado para deliberação dos delegados e delegadas. Ao final de quatro dias de intensos debates e criativas formas de deliberação, foram aprovadas 70 resoluções, sobre diversos temas, dentre as quais foram estabelecidas as 22 prioridades para as políticas de juventude.

Leia na íntegra:

| Tema | Propostas |
|----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 Jovens negros e negras | Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE) sobre os Direitos da juventude negra, priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes. |
| 2 Educação básica: elevação da escolaridade | Destinar parte da verba da educação no ensino básico para o modelo integral e pedagógico dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública). |
| 3 Fortalecimento Institucional | Aprovação, pelo Congresso Nacional, do marco legal da juventude: regime de urgência da PEC nº 138/2003, Plano Nacional de Juventude, PL 4530/2004 e Estatuto dos Direitos da Juventude PL 27/2007. |
| 4 Meio Ambiente | Criar uma política nacional de juventude e meio ambiente que inclua o “Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente”, institucionalizado em PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da Juventude, que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental, global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis. |
| 5 Esporte | Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto políticas de Estado, tais como os programas Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta e Segundo Tempo, com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes. |
| 6 Juventude do Campo | Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do Programa de Reforma Agrária do governo federal, atendendo a sua diversidade de identidades sociais, e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais. |
| 7 Trabalho | Reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários, conforme campanha nacional unificada promovida pelas centrais sindicais. |
| 8 Educação Superior | Defendemos que a ampliação do investimento em educação é fator imprescindível para construirmos uma educação de qualidade para todos e todas e que consiga contribuir para o desenvolvimento do país. Para tanto, defendemos o investimento de 10% do PIB em educação. Para atingir este percentual reivindicamos o fim da desvinculação das receitas da união (DRU) e a derrubada dos vetos ao PNE (Plano Nacional de Educação). Reivindicamos que 14% dos recursos destinados às universidades federais sejam destinados exclusivamente à assistência estudantil, por meio da criação de uma rubrica específica. Defendemos também a ampliação dos recursos em assistência estudantil para estudantes do PROUNI e para estudantes de baixa renda de universidades privadas. Garantir a transparência e democracia na aplicação dos recursos. |

9 Cultura

Criação, em todos os municípios, de espaços culturais públicos, descentralizados, com gestão compartilhada e financiamento direto do Estado, que atendam às especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade. Os espaços, sejam eles construções novas, desapropriações de imóveis desocupados ou organizações da sociedade civil já estabelecidas, devem ter condições de abrigar as mais diversas manifestações artísticas e culturais, possibilitando o aprendizado, a fruição e a apresentação da produção cultural da juventude. Reconhecer e incentivar o hip hop como manifestação cultural e artística.

10 Política e Participação

Criar o Sistema Nacional de Juventude, composto por órgãos de juventude (secretarias/coordenadorias e outros) nas três esferas do governo, com dotação orçamentária específica; conselhos de juventude eleitos democraticamente, com caráter deliberativo, com a garantia de recursos financeiros, físicos e humanos; fundos nacional, estaduais e municipais de juventude, com acompanhamento e controle social, ficando condicionado o repasse de verbas federais de programas e projetos de juventude à adesão dos estados e municípios a esse Sistema.

11 Jovens Mulheres

Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e à legalização do aborto.

12 Segurança

Contra a redução da maioria penal, pela aplicação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

13 Política e participação

Garantir uma ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva da juventude nos partidos políticos, com garantia de cota mínima de 15% para jovens de 18 a 29 anos nas coligações, com respeito ao recorte étnico-racial, e garantindo a paridade de gênero; mudança na faixa etária da elegibilidade, garantindo idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais, e 27 anos para senador, governador e presidente da República.

14 Outros temas

Fim da obrigatoriedade do serviço militar e criação de programas alternativos de serviços sociais não-obrigatórios.

15 Fortalecimento Institucional

Criar o Sistema Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que confira status de Ministério à Secretaria Nacional de Juventude, exigindo que a adesão de estados e municípios seja condicionada à existência de órgão gestor específico e respectivo conselho de juventude. A partir de dezembro de 2009, os recursos do Fundo Nacional de Juventude, do ProJovem e demais programas de juventude, apenas continuarão a ser repassados aos estados e municípios que aderirem ao Sistema.

16 Povos e comunidades tradicionais

Assegurar os direitos dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, caiçaras, faxinalenses, pomeranos, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, caboclos, mestiços, agroextrativistas, seringueiros, fundos de pasto, dentre outros que buscam ser reconhecidos), em especial da juventude, preservando suas culturas, línguas e costumes, combatendo todas as práticas exploratórias e discriminatórias quanto a seus territórios, integrantes, saberes, práticas culturais e religiosas tradicionais.

17 Cultura

Estabelecimento de políticas públicas culturais permanentes direcionadas à juventude, tendo ética, estética e economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, a exemplo dos Pontos de Cultura, que possibilitem o acesso a recursos de maneira desburocratizada, levando em consideração a diversidade cultural de cada região e o diálogo intergeracional. Criação de um mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro aos jovens (bolsas) para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores.

18 Cidadania GLBT

Incentivar e garantir à SENASP/MJ incluir o respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero, em todas as esferas dos cursos de formação dos operadores/as de segurança pública e privada, em nível nacional, estadual e municipal, no atendimento e abordagem, com ampliação da DECRADI - Delegacia de Crimes Raciais e Intolerância.

19 Jovens com Deficiência

Ratificação imediata da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU como emenda constitucional.

20 Juventude do Campo

Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo, com participação da juventude na sua elaboração e gestão, assegurando o acesso à terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa, voltada para a mudança de matriz tecnológica. Transformar o PRONAF Jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não-agrícola.

21 Segurança

Assegurar, no âmbito das Políticas Públicas de Segurança, prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infra-estrutura local, adequadas condições de trabalho policial, remuneração digna e a formação nas áreas de Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, conforme as diretrizes apontadas pelo PRONASCI.

22 Cultura

Estabelecimento de cotas de exibição e programação de 50% para a produção cultural brasileira, sendo 15% produção independente e 20% produção regional, em todos os meios de comunicação (TV aberta e paga, rádios e cinemas). Valorização dos artistas locais, garantindo a preferência nas apresentações e prioridade no pagamento. Entender os cineclubes como espaços privilegiados de democratização do audiovisual.

70 RESOLUÇÕES

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Defendemos que a ampliação do investimento em educação é fator imprescindível para construirmos uma educação de qualidade para todos e todas e que consiga contribuir para o desenvolvimento do país. Para tanto, defendemos o investimento de 10% do PIB em educação. Para atingir este percentual, reivindicamos o fim da desvinculação das receitas da união (DRU) e a derrubada dos vetos ao PNE (Plano Nacional de Educação). Reivindicamos que 14% dos recursos destinados às universidades federais sejam destinados exclusivamente à assistência estudantil, por meio da criação de uma rubrica específica.

Defendemos também a ampliação dos recursos em assistência estudantil para estudantes do PROUNI e para estudantes de baixa renda de universidades privadas. Garantir a transparência e democracia na aplicação dos recursos.

Garantir o acesso e permanência dos estudantes excluídos, priorizando as cotas, os programas que garantem a inclusão dos jovens no ensino superior e aperfeiçoamento do PROUNI. Expansão e interiorização das universidades públicas (municipais, estaduais e federais) considerando a realidade regional, visando às demandas das comunidades do campo e tradicionais, tendo em vista a ampliação e a oferta de cursos noturnos diversificados, bem como a implementação de política de assistência estudantil (DRU, bolsa permanência, transporte e moradia estudantil) e a valorização dos profissionais de educação.

Democracia nas universidades: com eleições paritárias para reitoria, com o fim da lista tríplice, eleições universais para demais unidades acadêmicas e cargos eletivos, composição paritária dos conselhos e espaços decisórios das instituições e garantia de organização do movimento estudantil com livre trânsito dos diretores das entidades no âmbito público e privado.



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Garantir a ampliação dos investimentos, fortalecimento e acesso ao ensino profissional e tecnológico, priorizando a descentralização (interiorização), atendendo as demandas regionais, socioeconômicas e culturais, através de parcerias entre os entes da Federação e a sociedade civil.

Inserir a educação profissional no currículo da educação básica, preparando o jovem para os desafios do mundo do trabalho, atendendo as potencialidades regionais e realidades econômicas e sociais.

Garantir a integração do ensino profissional ao ensino regular e incentivar, entre outras, o cumprimento da Lei do Aprendiz e do Estágio para capacitar o aluno para o mundo do trabalho, baseado nos conceitos da politecnia.

EDUCAÇÃO BÁSICA ENSINO MÉDIO

Ampliar os recursos destinados à educação pública para no mínimo de 10% do PIB, incluindo a não retirada do imposto sobre o salário-educação na reforma tributária, fazendo a aplicação direta na formação continuada e infraestrutura das instituições escolares, assistência estudantil e valorização dos profissionais da educação, incluindo a obrigatoriedade da equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, psicopedagogo) tendo um piso salarial que atenda às necessidades dos professores, dando aos mesmos condições de priorizar a qualidade do ensino, impedindo o surgimento de novos estabelecimentos de ensino privado e eliminar progressivamente o ensino privado no país.

Garantir a reserva de vagas, por curso e turno, de 50% nas universidades públicas e escolas técnicas para os alunos/as oriundos de escola pública, com garantia de uma política de passe estudantil com o objetivo de chegar ao passe livre para todos os estudantes.

Implantar a rede nacional (nas três esferas da Federação) do ensino médio, que garanta o acesso à população do campo, ribeirinhos e comunidades tradicionais, incluindo as disciplinas de filosofia e ciências sociais (antropologia, sociologia e ciências políticas), como disciplinas obrigatórias em toda a duração do Ensino Médio, construindo materiais didáticos, levando em consideração os aspectos regionais e diversidades culturais (indígenas, negros/as, quilombolas, comunidades tradicionais, livre orientação sexual, igualdade de gênero e necessidades especiais).

EDUCAÇÃO BÁSICA ELEVÇÃO DA ESCOLARIDADE

Destinar parte da verba da educação no ensino básico para o modelo integral e pedagógico dos CIEPs (centros integrados de educação pública).

Que se garanta, para todos os níveis e modalidades de ensino, a merenda escolar, transporte escolar e o passe livre para a juventude e estudantes.

Ampliar os recursos vinculados ao PIB para a educação pública, gratuita e de qualidade (10% do PIB), acabando com a DRU

TRABALHO

Reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários, conforme campanha nacional unificada promovida pelas centrais sindicais.

Crédito para a juventude e construção de um marco legal que viabilize o cooperativismo, a economia solidária e o empreendedorismo da juventude do campo e da cidade, desburocratizando o acesso ao crédito, à formação e ao mercado consumidor.

Ampliar os programas governamentais, voltados ao primeiro emprego, garantindo a co-gestão da sociedade civil e reformular as Leis do Estágio e do Aprendiz, visando garantir os direitos trabalhistas e convenções coletivas, para os jovens da cidade e do campo, respeitando as realidades regionais.



CULTURA

Criação, em todos os municípios, de espaços culturais públicos, descentralizados, com gestão compartilhada e financiamento direto do Estado, que atendam às especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade. Os espaços, sejam eles construções novas, desapropriações de imóveis desocupados ou organizações da sociedade civil já estabelecidas, devem ter condições de abrigar as mais diversas manifestações artísticas e culturais, possibilitando o aprendizado, a fruição e a apresentação da produção cultural da juventude. Reconhecer e incentivar o Hip Hop como manifestação cultural e artística.

Estabelecimento de políticas públicas culturais permanentes direcionadas à juventude, tendo ética, estética e economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, a exemplo dos Pontos de Cultura, que possibilitem o acesso a recursos de maneira desburocratizada, levando em consideração a diversidade cultural de cada região e o diálogo intergeracional. Criação de um mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro aos jovens (bolsas) para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores.

Estabelecimento de cotas de exibição e programação de 50% para a produção cultural brasileira, sendo 15% produção independente e 20% produção regional, em todos os meios de comunicação (TV aberta e paga, rádios e cinemas). Valorização dos artistas locais, garantindo a preferência nas apresentações e prioridade no pagamento. Entender os cineclubes como espaços privilegiados de democratização do audiovisual.

SEXUALIDADE E SAÚDE

Garantir a efetivação dos direitos à saúde integral da população jovem, que contemple as suas necessidades e suas diversidades de etnia, de orientação sexual, de gênero e dos diversos modelos de família, atendendo as populações vulneráveis, promovendo a educação em saúde, com destaque para as mulheres, juventude negra, GLBT, jovens com deficiência, moradores de comunidades populares, jovens em situação de rua, jovens cumprindo medidas sócioeducativas e jovens que vivem com HIV/AIDS; garantir e ampliar a participação da juventude e a sua diversidade nos processos de gestão participativa e nos espaços de formulação e controle social (conselhos e conferências), incluindo os específicos de saúde indígena nas políticas públicas de saúde.

Garantir mais investimento na saúde pública (regulamentação da emenda constitucional nº 29), tendo em vista o fortalecimento do SUS e a ampliação do acesso dos jovens às temáticas prioritárias para a implementação de políticas públicas da saúde para a juventude destacando-se:

- drogas lícitas e ilícitas;
- sexualidade, direitos sexuais e direitos reprodutivos (gravidez na adolescência, planejamento familiar e reprodutivo, descriminalização do aborto, segurança alimentar, violência doméstica, abuso e exploração sexual).
- a inclusão da população jovem como prioridade no pacto pela vida.

Ampliação e/ou implementação de projetos e programas, a exemplo do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE, que desenvolvam metodologias educativas e participativas sobre sexualidade, gênero, gravidez na adolescência, diversidade sexual, prevenção das DST/AIDS, promoção da saúde de jovens vivendo ou não com HIV/AIDS, direitos sexuais, direitos reprodutivos, vulnerabilidades e demais temas relativos à saúde e aos direitos humanos, garantindo a disponibilização gratuita de insumos de prevenção, bem como a efetiva formação e participação de profissionais de saúde, de educação e de jovens multiplicadores em zonas urbanas, rurais, indígenas, quilombolas e utilizando espaços como escolas, PSF, UBS, comunidades, unidades e projetos de medidas socioeducativas, bem como de mais espaços e instituições que trabalham com adolescentes e jovens, respeitando as escolhas individuais e as especificidades locais.

Instituir ações de planejamento familiar e reprodutivo que contemplem os diferentes modelos de família e garantam autonomia de jovens de ambos os sexos e diferentes orientações sexuais à preservação da vida das mulheres e de seus filhos e filhas, intensificando as ações preventivas, realizando disponibilização de preservativos e garantindo o acesso facilitado, sem burocracia, aos métodos contraceptivos, incluindo a anticoncepção de emergência, e acesso a materiais educativos, incluindo a criação e circulação de programas televisivos e campanhas direcionadas aos jovens, atendendo a todas as suas especificidades, para orientação e acesso à informação sobre DSTs, HIV/AIDS, de forma continuada e não pontual, construídas com e para jovens.

MEIO AMBIENTE

Criar uma política nacional de juventude e meio ambiente que inclua o “Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente”, institucionalizado em PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da Juventude, que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental, global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis.

Qualificar a juventude nas áreas ambientais, utilizando recursos como do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), entre outros, para atuarem em projetos de educação ambiental, unidades de conservação, ecoturismo e recuperação das áreas degradadas, dentre outras.

Criação e ampliação de assentos para juventude, assegurados com direito a voto em todos os conselhos, comitês e órgãos de fiscalização, deliberação e gestão nas áreas socioambiental e de desenvolvimento, nas esferas municipais, estaduais e federal.



POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO

Criar o Sistema Nacional de Juventude, composto por órgãos de juventude (secretarias, coordenadorias e outros) nas três esferas do governo, com dotação orçamentária específica; conselhos de juventude eleitos democraticamente, com caráter deliberativo, com a garantia de recursos financeiros, físicos e humanos; fundos nacional, estaduais e municipais de juventude, com acompanhamento e controle social, ficando condicionado o repasse de verbas federais de programas e projetos de juventude à adesão dos estados e municípios a esse Sistema.

Garantir uma ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva da juventude nos partidos políticos, com garantia de cota mínima de 15% para jovens de 18 a 29 anos nas coligações, com respeito ao recorte étnico-racial e garantindo a paridade de gênero; mudança na faixa etária da elegibilidade, garantindo idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais, e 27 anos para senador, governador e presidente da República.

Incentivar e implementar nas escolas e universidades mecanismos e disciplinas (discutidas com o CONJUVE e o MEC) relacionadas à participação política, que estimulem o debate e a troca de informações sobre temas referentes ao governo, movimentos sociais, história, conjuntura política e econômica, cidadania e políticas públicas, exercitando e desenvolvendo assim o senso crítico, sobretudo, sobre a realidade local.

TEMPO LIVRE E LAZER

Criação de centros públicos e gratuitos de tempo livre e lazer, a partir da construção ou reutilização de espaços públicos, seguindo critérios de descentralização dos municípios pólos, dotados de infra-estrutura de esporte, lazer, cultura e acesso aos meios tecnológicos, de forma inclusiva, garantindo o desenvolvimento local, tanto nos centros urbanos e rurais, como nas regiões de vulnerabilidade.

Garantir 1% do orçamento nacional para o esporte e lazer

Democratizar e ampliar a construção e organização do tempo livre da juventude e sua comunidade, como política de Estado, fortalecendo: a) as políticas públicas para e pelo tempo livre em escolas públicas, universidades, centros públicos, espaços comunitários; b) a gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil organizada e c) a rede de pesquisa diagnóstica e avaliativa de espaços públicos e acessibilidade, que seja capaz de gerar indicadores que orientem as ações dos gestores.

ESPORTE

Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto políticas de Estado, tais como os programas Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta e Segundo Tempo, com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes.

Criação de centros públicos e gratuitos de juventude, a partir da construção ou reutilização de espaços públicos, priorizando a descentralização dos municípios pólos, dotados de infra-estrutura de esporte (praças da juventude, quadras poliesportivas, clubes aquáticos), lazer, cultura (locais para apresentação, sala de cinema e biblioteca) e acesso aos meios tecnológicos, respeitando a realidade local.

Vinculação de, no mínimo, 1% do orçamento para o esporte, na União, nos estados e municípios.

SEGURANÇA

Contra a redução da maioria penal, pela aplicação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Assegurar, no âmbito das políticas públicas de segurança, prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infra-estrutura local, adequadas condições de trabalho policial, remuneração digna e a formação nas áreas de direitos humanos e mediação de conflitos, conforme as diretrizes apontadas pelo PRONASCI.

Garantir a implementação do SINASE na aplicação e execução das medidas socioeducativas, priorizando a municipalização das medidas em meio aberto, enfatizando o caráter socioeducativo das medidas de privação de liberdade, assegurando acesso à educação, lazer, formação profissional, do lazer, formação profissional, mercado de trabalho e ao acompanhamento, por profissionais qualificados, reafirmando a posição contrária ao rebaixamento da idade penal.

DROGAS

Garantir a criação, expansão e fortalecimento de centros permanentes especializados em tratamento para dependentes químicos e pessoas vivendo com HIV/AIDS, voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens, de forma gratuita com qualidade, incluindo atividades lúdicas, sendo essas atividades orientadas por jovens qualificados e capacitados

Reconhecer a extensão fronteiriça do Brasil, propondo maior controle no que se refere à entrada de drogas, armas e outros produtos ilegais, garantindo aos profissionais de segurança a capacitação e equipamentos adequados para o controle das fronteiras.

Garantir acolhimento, assistência e acompanhamento psicológico, familiar e social do jovem em conflito com a lei, usuário de substâncias psicoativas, incentivando a reinserção social e orientação vocacional, visando ao desenvolvimento da auto-estima e da reintegração do jovem, de forma digna.

COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

Ampliar as concessões para rádios comunitárias garantindo a democratização e a desburocratização da comunicação, com prazo máximo de 02 (dois) anos para legalização e criação de um órgão próprio de fiscalização.

Ampliar oportunidades de capacitação e qualificação de professores e jovens para a produção de projetos de comunicação e de inclusão digital, com inclusão dos jovens da periferia e de suas respectivas comunidades escolares, visando à produção, exibição e distribuição por esses jovens. Esses espaços serão administrados pelos jovens e os produtos audiovisuais e outros (jornal) deverão ser exibidos nos principais canais de TV e na comunidade onde foi produzido.

Pela manutenção do primeiro substitutivo do deputado Jorge Bittar ao PL 29/2007, garantindo no mínimo percentual de 10% para a produção independente em todos os canais.

CIDADES

Transporte/Mobilidade - Garantir a acessibilidade e mobilidade às cidades das diferentes juventudes, em todos os municípios brasileiros, por meio:

- da efetivação do passe livre para a juventude e estudantes, dando aos municípios a prerrogativa de definir qual o perfil, de acordo com as diferentes realidades, consultados os conselhos de juventude;
- da garantia de recursos para essa finalidade no Fundo Nacional de Juventude a ser criado;
- de uma política de incentivo, de âmbito nacional, à criação e manutenção de empresas públicas de transporte coletivo;
- da adaptação do espaço público das cidades às necessidades dos jovens portadores de deficiência física e do incentivo à utilização de meios de transporte alternativos e não-poluentes (como bicicletas, através da implantação de ciclovias).

Reforma Urbana - Garantir o direito do jovem à cidade, em conformidade com o estatuto da cidade, por meio:

- de uma política de habitação de interesse social que proporcione financiamento de moradias para famílias formadas por jovens;
- do cumprimento da função social da propriedade, da reversão para moradia de interesse social dos imóveis utilizados para fins ilícitos, e da simplificação dos processos de regularização fundiária nas terras públicas e privadas, com cotas para jovens;
- da formulação dos planos municipais e estaduais de saneamento ambiental, de forma participativa, que contemplem os anseios e necessidades da juventude e os processos de coleta seletiva por meio de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis;
- da garantia de espaços de interação social e equipamentos de esporte, lazer e cultura, aproveitando o espaço escolar nos fins de semana (institucionalização do programa Escola Aberta).

Regionalização das políticas públicas - Implementar as políticas públicas de juventude:

- de acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) da UNESCO, para cada região e/ou estado, para que as mesmas sejam aplicadas de acordo com as demandas, priorizando as carências e especificidades de cada localidade.
- a garantir políticas de educação e trabalho que possibilitem ao jovem a opção pela permanência nas cidades do interior.



FAMÍLIA

Criar e implementar políticas públicas que atendam as necessidades da juventude, sejam elas: econômicas, sociais, psicológicas, esportivas, culturais, ambientais, com o objetivo de aproximar o jovem da família, por meio de um centro específico para a juventude.

Fomentar a existência destes espaços de referência da juventude e a capacitação de agentes que trabalhem neste local.

Oferecer cursos de geração de renda para pais desempregados, proporcionando oportunidades e empregabilidade que garantam melhor qualidade de vida para a sua família, eliminando a possibilidade do trabalho infantil.

Garantir a efetivação do ECA, SINASE, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, através da articulação de ações entre o sistema de garantia de direitos (poder público, conselho tutelar, CMDCA, sociedade civil).

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Assegurar os direitos dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, caiçaras, faxinalenses, pomeranos, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, caboclos, mestiços, agroextrativistas, seringueiros, fundos de pasto, dentre outros que buscam ser reconhecidos), em especial da juventude, preservando suas culturas, línguas e costumes, combatendo todas as práticas exploratórias e discriminatórias quanto a seus territórios, integrantes, saberes, práticas culturais e religiosas tradicionais.

Pesquisar, reconhecer e inserir a história das comunidades e povos tradicionais (os reconhecidos e os que buscam reconhecimento) no sistema educacional oficial brasileiro, produzindo materiais didáticos, informativos e de audiovisual com fomento de recursos da CAPES, CNPQ e Secretaria Nacional de Juventude, através da participação de representações das comunidades tradicionais na construção da matriz curricular da educação que inclua todo material didático e formação dos professores.

Garantir o acesso e a permanência de povos e comunidades tradicionais, em especial da juventude, nas instituições de ensino superior, por meio de programas de financiamento que garantam residência, alimentação, material didático e bolsas de estudo

JOVENS NEGROS E NEGRAS

Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE) sobre os Direitos da juventude negra, priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes.

Responsabilizar o estado e implementar políticas específicas de extinção do genocídio cotidiano da juventude negra que se dá pelas políticas de segurança pública, ação das polícias (execução sumária dos jovens negros/as e tortura), do sistema prisional e a ineficácia das medidas socioeducativas que violam os direitos humanos; e de saúde, que penaliza especialmente a jovem mulher negra.

Aprovação imediata do Estatuto da Igualdade Racial, com a criação de um fundo governamental para o financiamento de suas políticas

CIDADANIA GLBT

Incentivar e garantir à SENASP/MJ incluir o respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero, em todas as esferas dos cursos de formação dos operadores/as de segurança pública e privada, em nível nacional, estadual e municipal, no atendimento e abordagem, com ampliação da DECRADI - Delegacia de Crimes Raciais e Intolerância.

Criação e revisão curricular e institucional do espaço escolar para garantir o reconhecimento das especificidades das/dos jovens GLBT, de forma permanente, garantindo nas escolas e universidades o reconhecimento e a valorização da livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero, tais como: formação de professores em direitos humanos e nos cursos de extensão e pesquisa.

Campanhas e propagandas com personagens adolescentes e GLBT sobre DST/AIDS, criação de material específico de sexo seguro para as lésbicas e capacitação contínua de profissionais de saúde para a humanização do atendimento e tratamento ao público GLBT, respeitando suas especificidades.

JOVENS MULHERES

Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a Lei de Planejamento Familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e a legalização do aborto.

Implementar políticas públicas que promovam a democratização do acesso a uma educação laica, não-sexista, não-racista, não-lesbofóbica/homofóbica/transfóbica, não-heteronormativa, democrática e anti-capitalista, fortalecendo o cumprimento dessas temáticas nas grades curriculares e a valorização das diversidades nos ensinamentos infantil, fundamental, médio e universitário. Para tanto: formar/capacitar/sensibilizar professoras/professores, comunidade escolar e jovens multiplicadoras/multiplicadores, revisar os materiais didáticos e paradidáticos, expandir os cursos noturnos, garantir creches em todos os turnos, ampliar os programas de alfabetização para mulheres jovens e incluir a sexualidade, como disciplina nas grades curriculares.

Enfrentar todas as práticas de violência contra as jovens mulheres: violência de gênero, moral, sexual, física, racial, patrimonial, doméstica, de orientação sexual e psicológica, monitorando a implementação da Lei Maria da Penha e da notificação compulsória, garantindo a destinação de verbas para seu funcionamento, com ênfase para criação dos juzizados especializados, acionando e executando os mecanismos de coibição e penalização da exploração sexual, do tráfico para a mercantilização do corpo das mulheres, garantindo também direitos humanos às jovens em situação de prisão.

JOVENS COM DEFICIÊNCIA

Ratificação imediata da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU como emenda constitucional.

Utilizar a comunicação para promover a inclusão, democratizar informações sobre os direitos e as especificidades de jovens com deficiência, desmistificando estigmas, garantindo o direito de expressão e maior participação de jovens com deficiência na mídia, visando ao combate à discriminação.

Garantir a implementação e fiscalização de leis nacionais e decretos federais que tratam da inclusão e acessibilidade de jovens com deficiência, combatendo a segregação e a discriminação, buscando a equidade na diversidade, com direito à participação e formação de jovens com deficiência como líderes e agentes políticos.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA

Aprovação, pelo Congresso Nacional, do marco legal da juventude: regime de urgência da PEC nº 138/2003, Plano Nacional de Juventude, PL 4530/2004, e Estatuto dos Direitos da Juventude, PL 27/2007.

Criar o Sistema Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que confira status de Ministério à Secretaria Nacional de Juventude, exigindo que a adesão de estados e municípios seja condicionada à existência de órgão gestor específico e respectivo conselho de juventude.

A partir de dezembro de 2009, os recursos do Fundo Nacional de Juventude, do Projovem e demais programas de juventude, apenas continuarão a ser repassados aos estados e municípios que aderirem ao Sistema.

Aprovar a PEC da juventude, o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude e criar o Fundo Nacional de Juventude e órgãos da juventude, com orçamento próprio, em todos os municípios e estados.

JOVENS DO CAMPO

Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do programa de reforma agrária do governo federal, atendendo a sua diversidade de identidades sociais e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais.

Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo, com participação da juventude na sua elaboração e gestão, assegurando o acesso à terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa, voltada para a mudança de matriz tecnológica. Transformar o PRONAF Jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não-agrícola.

Efetivar a educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade, implementando as diretrizes operacionais da educação do campo, garantindo infra-estrutura e mudança curricular que contemple a diversidade regional, atendendo todos os níveis (básico, profissionalizante e superior), em especial investindo no fim do analfabetismo no meio rural. Que o Estado assumira os custos dos centros familiares de formação por alternância e outras iniciativas de educação do campo, da sociedade civil sem fins lucrativos, voltadas para a juventude da agricultura familiar e camponesa.

OUTROS TEMAS

Fim da obrigatoriedade do serviço militar e criação de programas alternativos de serviços sociais não-obrigatórios.

DEBATE QUENTE

Delegados fazem um breve balanço do processo pelo país afora

Foram oito meses de Conferência, mobilizando mais de 400 mil pessoas em todo o país. Nesse caminho, muita coisa aconteceu e foi construída. Num processo democrático, mas muitas vezes com suas falhas e aprendizados, se buscou unir os diferentes numa mesma sala para conversar e levantar prioridades. Exercício difícil, mas também valioso para todos: governo federal, governos locais, jovens em suas múltiplas expressões, organizações e movimentos sociais.

Para a Secretaria Nacional de Juventude, a Conferência superou as expectativas de forma bastante positiva. Segundo Carlos Odas, assessor da SNJ e integrante do comitê executivo da Conferência Nacional de Juventude, essa foi a maior Conferência promovida pelo governo federal em termos de participação da sociedade civil. As Conferências Livres marcaram uma inovação e uma forma alternativa de alcançar públicos que dificilmente fariam parte do processo nas estratégias mais tradicionais. Outra riqueza foi o estímulo aos governos locais a discutirem juventude. Em muitos estados e municípios, estão surgindo conselhos, coordenadorias ou secretarias. A expectativa agora é fazer disso uma política pública mais duradoura.

Para Lucivaldo Lopes, delegado pelo estado do Maranhão e membro do Conselho Estadual de Juventude, o processo surpreendeu por ir além do esperado. Lá foram promovidas 38 Conferências Municipais, além das etapas regionais, com a promoção do Conselho e da recém-criada Secretaria Estadual de Esporte e Juventude. Outro destaque foi a forte diversidade do processo no estado, conseguindo fazer um apanhado das vozes dos mais diferentes jovens.

Elis dos Santos, delegada pelo município de Feira de Santana (BA), avalia de forma positiva o processo, reconhecendo o seu caráter histórico e acreditando no potencial democrático de sua realização: "a Conferência é um primeiro passo para a juventude fazer parte das decisões do país, tendo voz, expressando a sua realidade." A jovem observa

que apesar da busca pela atuação democrática, não deixaram de ocorrer práticas verticais e desorganização. Ainda assim, a Conferência teve impacto na discussão de políticas públicas de juventude no estado, que até então não demonstrava muita sensibilidade para as temáticas juvenis.

Participante ativo das discussões sobre políticas de juventude, Isaque Menezes, membro da REJUMA – Rede de Jovens pelo Meio Ambiente, acha que a importância da Conferência no país e em seu estado foi dar o pontapé inicial para a institucionalização do debate em torno dos direitos da juventude brasileira. "Todo esse processo é importante por afirmar a existência dessas discussões e por trazer para o estado as demandas dessa juventude", afirma.

Ele acredita que todo o processo dá algumas pistas bastante importantes. Em sua opinião, é fundamental ser cauteloso na avaliação do processo: "vejo que existe um entusiasmo muito grande em algo que depois pode gerar frustração, o que é muito perigoso. Todo o movimento de juventude está voltado para esse processo, mobilizado para isso, mas é preciso considerar que se não for criado um marco regulador para as políticas de juventude, toda essa riqueza cai por terra e tudo isso fica marcado apenas como uma política de governo". Ele reforça a importância da aprovação das leis que garantem a compreensão da juventude como sujeito de direitos e a continuidade desses processos de escuta, além é claro, da efetivação de tudo que está sendo proposto.

Representante do Conselho Nacional de Juventude e delegado à Conferência, João Marcos Vidal, da União Geral dos Trabalhadores, busca sensibilizar a classe sindical para as temáticas de juventude. Na etapa nacional da Conferência, os trabalhadores levantaram a bandeira da redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais. Na avaliação de Vidal, os movimentos de juventude saíram fortalecidos nesse processo.



COBERTURA JOVEM : A BANDEIRA DA COMUNICAÇÃO!

Da Revista Viração

A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que rolou em Brasília/DF entre os dias 27 e 30 de abril de 2008, contou com a participação especial de cerca de 50 jovens representantes de 30 organizações juvenis e 16 estados. Elas e eles produziram notícias no formato de texto, imagens, áudio e vídeo para alimentar uma rede de publicações e sites de todo o Brasil.

Um dia antes da Conferência, essa galera realizou um encontro lá na capital federal para discutir o atual cenário da comunicação no país, compartilhar experiências e planejar a cobertura jovem durante o evento.

"Foi o primeiro encontro que conseguiu reunir tantos jovens de tantos estados para discutir e trocar experiências em vista de um grande evento nacional que foi a Conferência de Juventude. O pessoal saiu tão animado que está se articulando para formar uma rede de adolescentes e jovens comunicadoras e comunicadores. Quem sabe esse não seja o momento para se pensar na criação de uma agência de notícias jovem, em nível local e nacional, a partir de experiências realizadas nas comunidades e também da nossa experiência de mais de 5 anos de cobertura de eventos juvenis", afirma Paulo Lima, diretor do Projeto/Revista Viração.

Durante o encontro, os jovens pensaram em estratégias para solucionar problemas que enfrentam no dia-a-dia por causa da forma como são retratados pela mídia. "Eu vim aqui para discutir sobre comunicação e buscar soluções para problemas que encontramos enquanto jovens e principalmente mostrar que nós não somos um problema, e sim somos parte da solução", conta Camila Florêncio, 18 anos, do Centro de Jovens da Bemfam de Recife (PE).

Uma das articuladoras do evento, Fernanda Papa, da Fundação Friedrich Ebert, concorda com Camila. "Jovens e comunicação são temas centrais na América Latina. Queremos com esse encontro valorizar as iniciativas de quem no seu dia-a-dia faz a democratização da comunicação."

O jovem Loran Santos, 19 anos, da ONG Cipó Comunicação Interativa e da Rede Sou de Atitude, de Salvador (BA), reforça a importância da comunicação. "Ela é um direito que propicia a garantia de outros direitos, como educação e saúde." Loran se refere ao que aconteceu em uma comunidade da periferia de Salvador, que reivindicou saneamento básico durante muito tempo fazendo abaixo assinado, entre outras coisas, mas só conquistou melhorias quando produziu um vídeo mostrando a situação.



Convidada para contribuir com o debate, a jornalista Carol Ribeiro, do Coletivo Intervozes, disse ser necessário construir uma base social em relação à comunicação no Brasil e que o excesso de intervenção estatal na TV pública, por exemplo, não garante a democracia e a regionalidade. "Ao invés disso, o governo centraliza suas verbas de campanhas em grandes veículos de comunicação, as quais poderiam ser utilizadas em veículos de mídia alternativa, como rádios comunitárias, veículos estes que garantem vez e voz a essa diversidade de público existente, muitas vezes estigmatizada pela grande mídia, e que necessita ser fortalecida."

No final do encontro, os participantes definiram algumas prioridades de ação, em vários níveis, que foram levadas para o debate no Grupo de Trabalho sobre Comunicação durante a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Uma das prioridades definidas é a participação dos jovens nas articulações locais e nacionais para a realização da Conferência Nacional da Comunicação. Outra prioridade é a mobilização social para a garantia de políticas públicas no campo da comunicação, entre as quais destacam-se: a universalização do acesso à produção e veiculação de comunicação, a formação de professores e mediadores jovens para produção de

projetos de comunicação e inclusão digital, a administração de tais projetos pelos próprios jovens, a reivindicação por espaço na grade televisiva, além de ações para reconhecer e ampliar as concessões para rádios comunitárias, desburocratizando o sistema de concessão de transmissão de sinal radiofônico com um órgão de fiscalização próprio.

Além disso tudo, para os jovens também é prioritário o fortalecimento dos sistemas públicos de comunicação estadual e federal (e a sua criação nas localidades onde ainda não existem), garantindo a participação juvenil na elaboração de uma programação voltada aos interesses da juventude.

O encontro e a cobertura jornalística feita por esses jovens repórteres comunitários foi promovida pelo Projeto/Revista Viração em parceria com a ONG Catavento Comunicação e Educação, a Ciranda - Central de Notícias dos Direitos da Infância, a Fundação Friedrich Ebert e a Fundação Athos Bulcão. Parte da produção desses jovens e todas as propostas aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude são matéria de capa da edição de maio de 2008 da Revista Viração. A cobertura completa está no site www.revistaviracao.org.br/juventude.

TÁ NA MÃO

Se liga nos sites da cobertura jovem e que tratam dos direitos à comunicação:
www.revistaviracao.org.br
www.intervozes.org.br
www.proconferencia.com.br
www.direitoacomunicacao.org.br



UM POUCO DE HISTÓRIA

Após 2003, as políticas públicas de juventude finalmente ganharam uma dimensão nacional a partir dos resultados de três iniciativas: A comissão especial de juventude na Câmara dos Deputados, o projeto juventude, do Instituto Cidadania, e o Grupo Interministerial de Juventude criado pelo governo federal.

Mas é importante ressaltar outras iniciativas que contribuíram com este processo: a repercussão no Brasil, em 1985, do Ano Internacional da Juventude, declarado pela ONU, o surgimento de várias experiências em nível local, na segunda metade da década de 90, a elaboração e publicação de diversos estudos e pesquisas sobre juventude por organismos internacionais, a exemplo da Unesco e do Banco Mundial, a realização de eventos e criação de redes pelos próprios movimentos juvenis, como o Diálogo Nacional dos Movimentos Juvenis, promovido pela UNE, e a criação do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis e da Rede Nacional de Juventude (Renaju), todos com objetivo de estabelecer uma agenda comum no campo das políticas de juventude.

A comissão especial de juventude realizou uma série de atividades (2003 e 2004, reunindo as principais organizações envolvidas com a temática para discutir a criação de marcos legais para a juventude brasileira. No final de 2004, a comissão da Câmara apresentou um relatório final com 3 propostas para tramitação no Congresso: 1) a Proposta de Emenda à Constituição, PEC da Juventude, que inclui a expressão jovem na Constituição; 2) o Estatuto de Direitos da Juventude; e 3) o Plano Nacional de Juventude. Além disso, o relatório indicou ao poder executivo a criação de Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, bem como a realização de Conferência Nacional a cada dois anos.

Também em 2003 o Instituto Cidadania iniciou o Projeto Juventude, com o intuito de reunir as principais lideranças, organizações e especialistas no tema para sistematizar um diagnóstico mais coeso sobre a juventude e que, ao mesmo tempo, indicasse um conjunto de propostas de políticas públicas. O documento conclusivo foi entregue ao presidente da República em agosto de 2004. Neste mesmo ano, o governo federal criou um grupo interministerial, no âmbito da Câmara de Políticas Sociais, com o objetivo de formular uma política nacional para a juventude, refletindo o compromisso governamental com os jovens brasileiros.

O Grupo produziu um relatório com o diagnóstico das condições sociais da população jovem anos, que apontou 9 (nove) desafios importantes a serem enfrentados pelo governo. Como consequência dessas recomendações, o governo federal criou a Secretaria, o Conselho Nacional de Juventude e o Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)

UM NOVO PATAMAR

Mesmo depois desses processos de formulação, a temática juventude e as políticas públicas ainda são uma novidade para muitos. Nesse contexto, o governo federal, por meio da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude, tem desenvolvido uma série de ações que destacam a importância atual do tema. Além dos diversos programas em execução, o governo tem construído uma Política Nacional de Juventude. O objetivo é estabelecer parâmetros que amparem, no âmbito institucional, o desenvolvimento de políticas específicas de juventude e que fortaleçam as políticas universais destinadas a esse segmento.

O eixo participação tem grande importância na Política Nacional, sendo que o Conselho e a Conferência Nacional de Juventude são as principais ferramentas para o diálogo do governo com a sociedade civil. O Conselho cumpre um papel de diálogo permanente entre poder público e sociedade civil, enquanto a Conferência possui um papel de diálogo mais amplo e capilarizado com gestores de todas as esferas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e, principalmente, com os jovens em geral.

Cabe destacar que mais do que um instrumento de controle e participação social, a 1ª Conferência foi um importante instrumento de debate e difusão da temática juventude e políticas públicas.

Nesse processo, muitos atores sociais e entes institucionais puderam ter contato com a temática, apropriando-se da dimensão estratégica do tema e das novas questões que estão relacionadas à juventude. Com isso foi possível a construção de um diálogo intergeracional e interinstitucional.

Como espaço de participação política, a Conferência foi um momento privilegiado de encontro das diversas organizações e movimentos juvenis, promovendo interação entre grupos diferentes e a articulação de ações comuns para a efetivação de suas reivindicações, possibilitando um importante diálogo intrageracional.

Como política pública a Conferência assumiu uma dimensão pedagógica fundamental para milhares de jovens que, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de vivenciar a participação política. Muito diferente do espaço da escola, do trabalho ou da família, esses jovens experimentaram opiniões diferentes e contraditórias, conheceram e discutiram de maneira coletiva, formularam soluções e decidiram prioridades. Tudo isso cumpre um papel decisivo na formação de uma cidadania ativa e na construção da democracia.

INTERNACIONAL

PORTUGUÊS COM SOTAQUE LUSITANO

Essa primeira edição da Conferência Nacional de Juventude contou com a participação de uma delegação internacional, composta por representantes de governo e de sociedade civil dos países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e também de Portugal. O acento lusitano da fala de nossos ilustres visitantes chamou a atenção de quem circulou pela Conferência. E a diversidade da juventude brasileira aguçou a curiosidade de quem atravessou o Atlântico para ver a galera reunida. O Brasil, junto com esses países - e, ainda, o Timor Leste, um jovem país asiático - compõe a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Trata-se de um organismo multilateral como a OEA ou a ONU, por exemplo, mas centrado nas questões que envolvem esses países, e em formas de solucionar essas questões através da solidariedade entre governos e povos. A CPLP tem um Fórum de Juventude onde participam somente organizações da sociedade civil.

Além de participar da Conferência, nossos convidados reuniram-se com o Conselho Nacional de Juventude, com a Organização Ibero-Americana de Juventude e com os parceiros da Secretaria na área da cooperação internacional, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e o UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas). O objetivo do encontro foi discutir os desafios e as estratégias para a cooperação entre os países na temática de juventude. O governo brasileiro já tem um documento assinado com Moçambique e espera estender a iniciativa para os demais e começar, em 2009, ações concretas de cooperação técnica (ações conjuntas para intercâmbio de conhecimento sobre programas e ações voltadas a determinado tema, no caso, a juventude).



Maria Virgínia de Freitas (Magi)
Vice-presidente do Conjuve e integrante da Ong Ação Educativa.

Visite o site: www.juventude.gov.br

O ministro Luiz Dulci abriu o encontro e deixou claro: "se em outros momentos o Brasil buscava receber o apoio dos países ricos para a cooperação técnica, essa situação vem mudando gradativamente. Sem excluir a contribuição que os países desenvolvidos têm dado, é com parceiros com características, situações e povos mais parecidos com o nosso que vamos tecendo laços de solidariedade cada vez mais fortes e com resultados cada vez melhores." É a chamada "Cooperação Sul-Sul", conceito que designa a ajuda mútua entre os países do hemisfério Sul que, em sua maioria, ainda não alcançaram plenamente o desenvolvimento econômico. Essas ações, porém, lembrou a Magi, vice-presidente do Conselho, não podem ficar restritas aos governos, mas incluir espaços de trocas de experiências entre as organizações da sociedade civil e entre os próprios jovens.

A agenda dos nossos amigos africanos e portugueses incluiu ainda um café da manhã com o ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e também um encontro com o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis. "A expectativa é grande e as necessidades são pra 'ontem', por isso fizemos estes quilômetros todos até aqui", disse Tiago Soares, presidente do Conselho Nacional de Juventude de Portugal. "Pensar o papel do jovem no combate ao HIV/SIDA (AIDS) e a garantia de igualdade de oportunidades", completa Ruth Leal, ministra da Educação, Cultura, Juventude e Desporto de São Tomé e Príncipe. Ela conta que compreende bem a importância do intercâmbio cultural, pois se formou em pedagogia na Universidade Federal de Juiz de Fora.



Ruth Leal (Ministra da Educação,
Cultura, Juventude e Desporto de São
Tomé e Príncipe).



REJ – Reunião Especializada de Juventude do MERCOSUL

O Mercosul é o bloco econômico que integra Brasil, Argentina, Paraguai, e Uruguai. A Venezuela está em vias de se tornar membro pleno também deste bloco. Nos últimos anos, o Mercosul tem avançado muito em questões que vão além da integração econômica entre esses países. Foram organizadas as reuniões especializadas, que são encontros que envolvem organismos de governo, organizações, movimentos e redes para discutir e propor ações conjuntas no âmbito do bloco em temáticas específicas, como juventude, por exemplo. A Reunião Especializada de Juventude, a REJ, é um órgão de assessoramento do Mercosul para os temas relativos aos jovens. A Secretaria e o Conselho representam o Brasil na REJ e até dezembro nosso país ocupa a coordenação da reunião. Está sendo organizado um calendário de encontros e atividades que será divulgado em breve. A REJ é mais um instrumento a serviço da integração social do Mercosul.



Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens

Na Conferência foi feito o lançamento da versão brasileira da Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens. A Convenção é um documento com força de tratado internacional que trata dos direitos dos cidadãos jovens dos países da região ibero-americana (todos os da América Latina, mais Portugal e Espanha). Ela foi escrita por meio de muitos encontros entre jovens, organizações, movimentos juvenis e acadêmicos de todos esses países, inclusive o Brasil, num processo que foi coordenado pela Organização Ibero-Americana de Juventude, a OIJ. É o primeiro tratado internacional que trata especificamente dos direitos dos jovens. O tratado é um conjunto de normas jurídicas que podem ser invocadas por qualquer cidadão na defesa de seus direitos fundamentais diante de qualquer omissão ou abuso de poder por autoridades ou mesmo da violação desses direitos por qualquer situação.

O Brasil assinou a Convenção, mas para que ela seja internalizada (reconhecida pelo ordenamento jurídico do país) ela precisa ser ratificada (confirmada a assinatura) pelo Congresso Nacional. O lançamento da versão brasileira, para que os jovens tenham conhecimento dos direitos expressos no texto, foi o primeiro passo para essa aprovação.



Lançamento de versão em português da Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens. Da esquerda para a direita, Eugenio Ravinet, secretário-geral da OIJ, Danilo Moreira, presidente do Conjuve, Beto Cury, Secretário Nacional de Juventude e Eliseu Chaves, representante da UNFPA (ONU)

Visite o site: www.juventude.gov.br

PESQUISAS E MAPEAMENTO PARA ENTENDER MELHOR A JUVENTUDE

Um grupo de pesquisadores da RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino Americana), coordenado pelas sociólogas Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro, em parceria com a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude, realizou um estudo e mapeamento sobre os jovens participantes da Etapa Nacional de Conferência de Juventude.

Esse momento histórico, que reuniu mais de 2500 jovens, foi uma oportunidade única para traçar os perfis da juventude organizada, desmistificando estereótipos e mostrando um outro lado. Segundo Miriam, “as pesquisas sempre expõem o lado negativo dos jovens. Agora é hora de ver que a juventude também é solução”.

Na intenção de atingir o maior número possível de jovens e mostrar as diversas juventudes representadas, a pesquisa foi dividida em duas frentes: grupos focais (que são entrevistas coletivas, com grupos específicos) e questionários (que foram distribuídos em todo o pavilhão da Conferência).

Uma idéia é divulgar os dados coletados através de um livro que seria distribuído nas escolas. Mas isso ainda não é certo. O que está garantido, segundo Abramovay, é que essa iniciativa servirá para mobilizar a galera e não deixar a poeira baixar.

Abramovay comenta também que os jovens praticamente não têm acesso a informações sobre si mesmos. Por isso, todos os participantes da Conferência receberam o livro “Juventude: Tempo Presente ou Tempo Futuro?” que contrasta opiniões do Banco Mundial com as diretrizes para política nacional de juventude elaboradas pelo Conjuve.

Por fim, Miriam lamenta a pequena cobertura que a Conferência teve por parte da grande mídia. “Toda pesquisa negativa é primeira página em jornal, mas um evento tão importante quase não foi divulgado. Não sei se já existiu em outros países tal processo, com mais de 400 mil jovens mobilizados em todo o território nacional. Isso deveria ser divulgado em todo o mundo.”



PUBLICAÇÕES DE PESO NA CONFERÊNCIA

Cinco livros foram lançados durante a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude: “Fragmentos da Poesia Marginal”, de Eric Meirelles, traz para o leitor uma abordagem diferente das coisas corriqueiras da vida. Os poemas expressam a lucidez da revolta cotidiana e fazem o leitor viajar nas idéias do autor. “Escrevo poesia desde os dez anos de idade e só agora consegui lançar o meu primeiro livro”. O poeta disse que o objetivo do seu livro é estimular a leitura e a produção de poesia, principalmente entre os jovens. De acordo com Eric, apenas 10% da população lê, e cerca de 1% lê poesia. “Esse é um livro de Antologia Poética sobre minha vida. É composto por rimas descompromissadas, baseado no Modernismo. Vale a pena ler”, afirma o poeta.

Outro lançamento que deu o que falar foi o livro autobiográfico de Preto Ghoz, “A Sociedade do Código de Barras – O mundo do mesmo”. Um dos maiores precursores do movimento Hip Hop no Brasil, Ghoz morreu em 2005 e deixou um legado de conquistas para a juventude brasileira.

Segundo Miriam Bezerra, ex-companheira do rapper, ele será lembrado para sempre pela sua luta e dedicação ao Hip Hop. “O Preto está presente na Conferência Nacional porque ele foi um dos protagonistas na luta pelas políticas públicas de juventude”, afirma. O rapper fundou o Movimento Hip Hop Organizado do Brasil (MHOB), uma das maiores organizações do

movimento Hip Hop. No livro, Preto faz uma crítica à juventude consumista e afirma que não é preciso ter ou representar uma marca. Para o diretor da editora Estação Hip Hop, Adunias da Luz, o livro veio para fortalecer ainda mais o movimento no Brasil. “O Preto foi fundamental para a expansão do Hip Hop. Ele não se limitava a acreditar no Brasil. Ele queria mostrar para o mundo”, pondera. O livro foi produzido pela editora Estação Hip Hop com o apoio do Fundo Nacional de Cultura.

Já o “Guia de Atitude: Reflexões e Práticas para o Monitoramento e a Ação Política”, lançado pela Rede Sou de Atitude, é uma sistematização das experiências de monitoramento adquiridas pela Rede ao longo dos anos. A publicação é voltada para jovens e organizações que atuam com controle social. A Rede Sou de Atitude é formada por 15 núcleos regionais que realizam o monitoramento das políticas públicas para a infância, adolescência e juventude em todo o país.

O quinto lançamento, o “Almanaque Juventude e o Mundo do Trabalho”, é fruto de um amplo trabalho com jovens de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nesses estados foram realizadas várias conferências em que os jovens puderam falar sobre suas angústias, dificuldades e expectativas sobre o mercado do trabalho, o primeiro emprego e outras questões fundamentais para a juventude.



O CONJUVE E A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Danilo Moreira¹
 Maria Virgínia de Freitas²
 José Eduardo de Andrade³

Não é possível imaginar a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – CNPPJ sem a existência do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve. Órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, criado pela Lei 11.129/2005 e regulamentado pelo Decreto Presidencial nº. 5.490, de 14 de julho de 2005, o Conjuve é composto por 60 membros, sendo 40 eleitos pela sociedade civil e 20 representantes do poder público, que se renovam a cada dois anos, e têm o mandato de analisar e propor Políticas Públicas de Juventude.

Por lei, são suas atribuições: I - propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política nacional de juventude; II - apoiar a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, na articulação com outros órgãos da administração pública federal, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal; III - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas; IV - apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem a assegurar e ampliar os direitos da juventude; V - articular-se com os conselhos estaduais e municipais de juventude e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude; e VI - fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais.

Embora tenha caráter consultivo, na sua trajetória o Conjuve vem ganhando relevância e conformando-se como importante espaço público de debate e definição de diretrizes e recomendações para a efetivação, no Brasil, de políticas que atendam às necessidades e expectativas dos jovens e das jovens, assegurando direitos e criando oportunidades. A heterogeneidade de organizações que o compõem consolida as políticas públicas de juventude como campo abrangente, multissetorial, marcado pelo respeito e valorização da diversidade e combate às desigualdades.

Na sua primeira gestão (2005-2007), o Conjuve dedicou-se a estabelecer as diretrizes da Política Nacional de Juventude⁴, a debater com diferentes Ministérios as políticas e programas em execução ou em

planejamento, e a desenhar mecanismos para a democratização e maior efetividade do próprio Conselho⁵, visando fomentar a abertura e ampliação da participação dos jovens e das jovens na definição das políticas que os afetam.

Foi nesse processo que a proposição de realização de uma conferência nacional de juventude ganhou força e reafirmou sua necessidade junto ao governo. E antes mesmo da convocação da conferência, pelo Decreto Presidencial de 05 de setembro de 2007, uma comissão já se dedicava a desenhar uma proposta para sua realização.

O Conjuve e a Secretaria Nacional de Juventude lideraram o processo da Conferência, pelas mais diferentes formas, buscando garantir a democratização e a qualidade do processo: conselheiros e conselheiras integraram a Comissão Organizadora Nacional e diversas Comissões Organizadoras Estaduais envolveram-se na divulgação e mobilização de diversos segmentos, participaram dos debates, zelaram pela lisura dos processos eleitorais. Coube à Mesa Diretora do Conselho a condução da Etapa Nacional da Conferência, e o conjunto dos conselheiros e conselheiras, titulares e suplentes, independentemente das divergências políticas existentes, se dedicaram a uma ação coordenada, tendo em vista a garantia do cumprimento do seu regimento interno.

Mas talvez seja agora, no período pós-conferência, que o Conjuve tenha seu maior desafio: não há outra instância com mais vocação e capacidade para, nacionalmente, garantir a divulgação e a mobilização necessária para que as resoluções e prioridades estabelecidas pela Conferência venham a ser realmente implementadas.

E foi com esse compromisso que o Conselho planejou suas atividades para este ano de 2008. A Comissão de Articulação e Diálogo com a Sociedade dedica-se à organização do 1º Encontro de Conselhos de Juventude, buscando contribuir para o fortalecimento de tais espaços, bem como comprometê-los com as diretrizes da Política Nacional de Juventude.

A Comissão de Acompanhamento do Parlamento, além de buscar manter o Conselho informado acerca da tramitação, no Congresso Nacio-

nal, de pautas de interesse da juventude brasileira, estabelece estratégias para incidir junto aos parlamentares, tendo em vista a aprovação da PEC da Juventude – que inclui na Constituição Federal o reconhecimento da especificidade da juventude – e demais pautas aprovadas pela Conferência.

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Programas e Políticas escolheu algumas das iniciativas governamentais a serem prioritariamente acompanhadas e avaliadas à luz das diretrizes da Política Nacional de Juventude e das resoluções e prioridades estabelecidas pela Conferência. Suas discussões servirão como subsídio para que o Conjuve se pronuncie a respeito dessas resoluções e prioridades, elaborando e publicando recomendações às mesmas.

A Comissão de Comunicação busca dar maior visibilidade às ações do Conselho, de forma que os mais diversos atores possam exercer um controle social sobre o colegiado. É com esse espírito que neste mês de agosto será publicado o primeiro número do boletim eletrônico do Conjuve. Por

fim, um grupo de trabalho dedicou-se a estabelecer uma estratégia específica para divulgação e mobilização em torno das resoluções e prioridades definidas pela 1ª CNPPJ, dando formato à proposta do Pacto pela Juventude – processo que se desenrolará ao longo deste segundo semestre.

Sabemos da imensa responsabilidade que temos em nossas mãos e estamos cientes dos enormes desafios a serem enfrentados, como transformar as conquistas legais em políticas públicas e orçamentos capazes de assegurar todos os direitos previstos, aprimorar e consolidar o marco legal existente. No entanto, estamos muito animados com o compromisso e grau de combatividade demonstrado pelos conselheiros e conselheiras, que têm sabido explicitar suas divergências, defender arduamente suas posições, mas também estabelecer metas comuns e atuar de forma coordenada.

Estamos confiantes que o Conselho Nacional de Juventude é hoje um espaço fundamental para o avanço das políticas públicas, tendo em vista a garantia dos direitos das jovens e dos jovens brasileiros.



1 - Presidente do Conselho Nacional de Juventude

2 - Vice-presidente do Conselho Nacional de Juventude

3 - Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Juventude

4 - Ver Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas: www.juventude.gov.br

5 - Ver Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento: www.juventude.gov.br

PACTO PELA JUVENTUDE: O BRASIL PRECISA, A JUVENTUDE QUER!

Em abril de 2008, dois mil delegados e delegadas ecoaram as 400 mil vozes dos participantes do processo da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Durante oito meses, milhares de propostas foram debatidas em diferentes etapas: conferências livres, consulta aos povos e comunidades tradicionais, conferências municipais, estaduais e nacional. Em cada uma dessas etapas, foram aprovadas resoluções e prioridades, que se encontram disponíveis para o debate público e expressam as demandas e expectativas da juventude brasileira para que seus direitos sejam plenamente garantidos.

O Pacto pela Juventude é uma proposição do Conselho Nacional de Juventude aos governos (federal, estaduais e municipais) e aos candidatos a prefeito e vereador, para que se comprometam com as Políticas Públicas de Juventude nas suas ações de governo e plataformas eleitorais, respectivamente.

O desafio é traduzir as demandas identificadas nas conferências em propostas, iniciativas, programas e projetos de âmbito nacional, estadual e municipal, tendo como referência os seguintes parâmetros na implementação das políticas públicas de juventude:

Jovens como sujeitos de direitos: as políticas públicas de juventude se justificam e se orientam pelo atendimento às necessidades dos e das jovens, não por uma compreensão de que eles e elas são "incompletos" ou "problemáticos". Assim, estas políticas não devem ter como objetivo proteger ou controlar suas vidas. O reconhecimento de seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia.

Faixa etária: No Brasil são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Mas não se pode perder de vista a existência de faixas etárias intermediárias. Os desafios colocados para os jovens de 16 anos são bastante distintos dos colocados para os jovens de 24 ou 29 anos, e este fato deve se refletir nas políticas.

A valorização da diversidade juvenil: É preciso reconhecer que um contingente de 50,5 milhões de pessoas, entre 15 e 29 anos, num país continental como o Brasil, comporta inúmeras diferenças de condições de vida, de identidade, formas de organização e expressão. Ao invés de criar rótulos e estereótipos, devemos reconhecer e valorizar a diversidade (de gênero, raça e etnia, orientação sexual, jovens com deficiência, rurais e urbanos, opção religiosa e de comunidades tradicionais, por exemplo) como traço marcante da juventude brasileira, mas também gerar condições para a superação das desigualdades sociais e econômicas. Estas sim devem ser combatidas.

Políticas públicas articuladas e integradas: As políticas públicas de juventude devem ter caráter redistributivo, ou seja, devem estar orientadas para diminuir as desigualdades entre os jovens e outros segmentos etários e dos jovens entre si. Estas políticas têm que servir também para assegurar direitos, potencializar talentos e valorizar a condição juvenil, independentemente da condição social. Para isso, devem ser implementadas, simultaneamente: políticas universais que levem em conta as demandas e singularidades juvenis (como a educação pública e a saúde), políticas emergenciais (apresentando novas chances aos jovens em situação de maior vulnerabilidade social) e políticas específicas (que reconheçam e promovam o potencial e as particularidades da condição juvenil).

Transversalidade das políticas: A vida cotidiana não é dividida em departamentos. Mas o Estado é. Por isso, geralmente, temas que deveriam andar juntos, acabam espalhados em Secretarias e Ministérios diferentes. Tratar as questões juvenis de modo transversal significa integrar objetivos e ações das políticas públicas. Mais do que uma pauta exclusiva dos órgãos institucionais de Juventude, os jovens devem ser tratados como um assunto estratégico por todo o governo.

Desenvolvimento integral: A juventude não é apenas uma passagem para o mundo adulto. Mais do que uma preparação para o futuro, a vi-

vência juvenil é uma realidade no presente e, na contemporaneidade, combina processos formativos com processos de experimentação e construção de trajetórias nos mais diversos âmbitos. Para garantir um desenvolvimento integral, as políticas públicas devem se orientar pelo reconhecimento de que a escola, o trabalho, a cultura e as tecnologias de informação estão relacionadas, especialmente a partir das transformações sociais e dos avanços científicos dos últimos vinte anos.

Criação de órgãos especializados em Juventude: Fortalecer as políticas públicas de juventude implica responsabilidades diretas e específicas com a implementação de projetos e programas que levem em conta as demandas específicas da atual geração de jovens. Por isso, é indispensável a constituição de assessorias, coordenadorias ou secretarias no âmbito do Poder Executivo, com atribuições específicas na coordenação e articulação destas políticas.

Participação e Conselhos de Juventude: Promover o direito à participação é indispensável para o sucesso e efetividade de uma política de juventude. Ampliar os canais de diálogo com os movimentos juvenis e demais organizações da sociedade civil vinculadas ao tema, por meio do fortalecimento e criação dos Conselhos de Juventude (estaduais e municipais) e realização de Conferências é fundamental. À juventude cabe um papel ativo na formulação, monitoramento e avaliação dos projetos e programas. O sentido desta participação deve extrapolar os limites das políticas de juventude e vincular o debate em torno de um projeto de desenvolvimento local e nacional.

O que é o Pacto?

A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude terminou. Mas o processo de mobilização continua: no dia 12 de agosto de 2008, data em que se comemora o Dia Nacional da Juventude, foi entregue ao presidente Lula o "Pacto pela Juventude".

O Pacto é uma proposição do Conselho Nacional de Juventude aos governos (federal, estaduais e municipais), e aos candidatos a prefeito e vereador, para que se comprometam com as Políticas Públicas de Juventude, nas suas ações de governo e plataformas eleitorais, respectivamente.

Quais são os seus objetivos?

Manter o debate em torno dos temas apresentados pela Conferência, que mobilizou mais de 400 mil pessoas em todo o Brasil, viabilizan-

do uma ampla divulgação destas propostas e o comprometimento com parâmetros para implementação das políticas públicas de juventude.

Como esse Pacto será estruturado?

Por meio de um conjunto de ações e compromissos que devem ser assumidos pelos gestores federais, estaduais e municipais, legisladores e candidatos às eleições de 2008.

Como se dará a participação?

Através de eventos públicos para que os gestores possam reafirmar o compromisso com as políticas públicas de juventude. Para candidatos à Câmara de Vereadores ou Prefeituras, a adesão dar-se-á pela assinatura de um Termo de Compromisso.

Como serão as etapas do Pacto?

Nível federal: Principais parceiros: Ministérios e Frente Parlamentar de Juventude.

No dia 19 de agosto de 2008, durante reunião do Conjuve, com a presença de ministros e de representantes da Câmara dos Deputados, iniciaram-se as atividades do Pacto em nível federal.

Na oportunidade foi comemorada a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projetos de lei de interesse da juventude, como a regulamentação do estágio, a licença maternidade e a PEC da Juventude. Por sua vez, o governo reafirmou o compromisso com o fortalecimento da política nacional de juventude e anunciou novidades na área de esporte, ciência e tecnologia, trabalho e da política sobre drogas.

Nível estadual: Principais parceiros: gestores de juventude, conselhos estaduais de juventude e fóruns de juventude.

Entre os dias 13 de agosto e 14 de dezembro de 2008, eventos do Pacto ocorrerão nos estados. A atividade poderá contar com a presença de governadores e/ou gestores estaduais de juventude. O evento terá como público-alvo conselheiros de juventude, integrantes das comissões organizadoras das conferências estaduais, delegados eleitos nas etapas da Conferência, movimentos juvenis e demais organizações da sociedade civil.

Nível municipal: Principais parceiros: conselhos municipais de juventude, juventudes partidárias e fóruns de juventude.

Nos municípios, a dinâmica será diferenciada. No primeiro e no segundo turno das eleições municipais, o foco será na adesão e no comprometimento dos candidatos ao cargo de prefeito. Esta é uma articulação suprapartidária que envolverá fundamentalmente agentes da sociedade civil e candidatos a cargos eletivos.



Delegados da Conferência entregam abaixo assinado pela PEC da Juventude ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia.



O Pacto pela Juventude foi apresentado ao presidente Lula durante o evento da UNE (RJ), no dia 12 de agosto, Dia Nacional da Juventude.



MENSAGEM DO PRESIDENTE LULA AOS PARTICIPANTES DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Nestes quatro últimos dias, esteve aqui reunida e representada a juventude brasileira. Ou as juventudes brasileiras. Ou, melhor ainda, as muitas caras e cores da juventude brasileira.

Cada um levantou a sua bandeira. Vocês trouxeram suas militâncias, seja partidária, seja nas mais diferentes formas de atuação política. Vestiram camisetas com palavras de ordem, ou trouxeram as palavras de ordem escritas no coração.

Trouxeram sonhos, e tiveram a generosidade de dividi-los conosco. Também cantaram, dançaram e namoraram – porque afinal de contas, como nos ensinou o Che, é preciso manter a ternura, sempre.

Vocês debateram, protestaram, reivindicaram e – o melhor de tudo – trouxeram propostas para um país mais desenvolvido e mais justo.

O Brasil e a juventude brasileira têm um problema em comum: sempre disseram que este era o país do futuro; e que a juventude era o futuro do Brasil. Mas como nas três últimas décadas o Brasil praticamente não cresceu, não distribuiu renda, não investiu como deveria em educação, não gerou empregos nem oportunidades, a juventude brasileira ficou sendo o futuro de um país sem futuro.

Até que o Brasil e a juventude brasileira decidiram construir o próprio futuro. O Brasil nunca cresceu tanto, com distribuição de renda, como cresce agora. E finalmente começou a pagar a imensa dívida acumulada para com sua juventude.

Pela primeira vez, o país conta com uma política voltada especificamente para os jovens. E vocês, como ficou demonstrado nesta Primeira Conferência Nacional de Juventude, respondem ajudando a implementar políticas públicas que vão beneficiar não apenas a vocês mesmos, mas ao Brasil inteiro.

Os desafios são muitos. Mas não nos faltam nem a matéria-prima, nem as ferramentas para construirmos o país e o mundo que queremos. A matéria-prima é o nosso sonho. E as ferramentas, as nossas consciências e as nossas mãos.

Meus mais sinceros e entusiasmados parabéns.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil.



Foto lançamento da Conferência e do ProJovem em Brasília no dia 05 de setembro de 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - COMPOSIÇÃO 2008/2009

Mesa Diretora

Presidente: Danilo Moreira da Silva
Vice-Presidente: Maria Virginia de Freitas
Secretário-Executivo: José Eduardo de Andrade

Representantes do Poder Público Federal

Secretaria-Geral da Presidência da República
Danilo Moreira da Silva, titular
José Eduardo de Andrade, suplente

Ministério da Educação

Carmem Isabel Gatto, titular
Dimitri Assis Silveira, suplente

Ministério do Trabalho e Emprego

Ezequiel Souza Nascimento, titular
Renato Ludwig de Souza, suplente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Aidê Cançado Almeida, titular
Carla Márcia de Lacerda Alves, suplente

Ministério da Saúde

Thereza de Lamare Franco Netto, titular
Ana Sudária Lemos Serra, suplente

Ministério da Ciência e Tecnologia

Joe Carlo Viana Valle, titular
Solisângela Rocha dos Montes, suplente

Ministério da Cultura

Pedro Junqueira Pessoa, titular
Elisário Peires Palermo Júnior, suplente

Ministério da Defesa

Fernando Wandscheer de Moura Alves, titular
Marcos N. Soares, suplente

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fabiano Kempfer, titular
Marcelo Pickersgill, suplente

Ministério do Esporte

Antônio Apolinário Rebelo, titular
Danielle F. dos Santos Gruneich, suplente

Ministério do Meio Ambiente

Marcos Sorrentino, titular
Maria Thereza Teixeira, suplente

Ministério da Justiça

Reinaldo Chaves Gomes, titular
Vinicius Gomes Wu, suplente

Ministério das Relações Exteriores

Nicola Speranza, titular
Rita Bered de Curtis, suplente

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Ane Rosenir Teixeira da Cruz, titular
Elizabeth Saar de Freitas, suplente

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Giovanni Harvey, titular
Bárbara Oliveira de Souza, suplente

Secretaria Especial de Direitos Humanos

Márcia Ustra Soares, titular
Karla C. C. Batista, suplente

Gabinete de Segurança Institucional

Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas/SENAD
Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, titular
Carla Dal Bosco, suplente

Representantes dos Poderes Públicos Estadual ou do Distrito Federal, Municipal e Legislativo Federal

Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude

Marcos Aurélio Garcia de Lemos, titular
Roberto Rocha Tross, suplente

Frente Nacional de Prefeitos

Rosilene Mendes dos Santos, titular

Confederação Nacional de Municípios

Ricardo Hermany, suplente

Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados

Paulo Henrique Lustosa, titular

União Nacional de Assembléias Legislativas - UNALE

Rodrigo Soares, suplente

Representantes da sociedade civil - entidades que atuam na defesa e promoção dos direitos da juventude

Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação

Maria Virgínia Freitas, titular

Associação Cidade Escola Aprendiz

Judith R. Terreiro, suplente

Aliança Bíblica Universitária do Brasil - ABUB

Patrick Timmer, Titular
Sarah Domingues da Rocha Nigri, suplente

Aracati - Agência de Mobilização Social

Luciana Martinelli, Titular

Instituto Companheiros das Américas

Claudia Maria Machado França, Suplente

Articulação Política de Juventudes Negras

Samoury Mugabe Ferreira

Rede Nacional de Organizações de Juventude - RENAJU

Daniel Gutemberg Ribeiro da Silva, suplente

Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG

Allan Aroni, titular
Augusto Sérgio Vasconcelos de Oliveira, suplente

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - ABGLT

Enéias Germano Pereira, titular

Grupo E-Jovem de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados

Felipe Andréas Guedes, suplente

Confederação Nacional de Jovens Empresários - CONAJE

Leonardo de Bayma Rebouças, titular

Confederação Brasileira de Empresas Juniores - Brasil Júnior

Jones Madruga de Souza Junior, suplente

Centro de Estudos e Memória da Juventude - CEMJ

Fabiana de Souza Costa, titular
Gustavo Lemos Petta, suplente

Centro Universitário de Cultura e Arte - CUCA

Tiago Ferreira Alves, titular
Alexandre de Souza Santini Rodrigues, Suplente

Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU

Gabriel Vieira de Souza, titular
Darcy Vieira Gomes, suplente

Confederação das Mulheres do Brasil

Janaína Conceição Deitos, titular

Centro Popular da Mulher - CPM

Ana Carolina Barbosa, suplente

Congresso Nacional Afro-Brasileiro - CNAB

Gilson da Cruz Rodrigues, titular
Ana Paula Mendes Gomes, suplente

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Maria Elenice Anastácio, titular
Eryka Danyelle Silva Galindo, suplente

Centro Popular de Cultura 8 de Março

Valério da Costa Bemfica, titular

Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu - ACBANTU

Nadjara Jesus da Silva, suplente

Central Geral dos Trabalhadores do Brasil- CGTB

Waldir Ferreira da Silva, titular
Danilo Ferreira da Silva, suplente

Cipó - Comunicação Interativa

Daniella Rocha Magalhães, titular

Associação Software Livre.org

Fabício Solagna, Suplente

Escola de Gente Comunicação em Inclusão

Fábio Meirelles Hardman de Castro, titular

Federação Nacional das Apaes - FENAPAES

Waldinéia Olímpia Zoraida Santana Ramos, suplente

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF

Severine Carmem Macedo, titular
Eliane de Sousa Oliveira, suplente

Força Sindical

Emerson Silva Gomes, titular
Marilyne Zachetko Guermani, suplente

Grupo de Institutos e Fundações e Empresas - GIFE

Rui Mesquita Cordeiro, Titular

Centro de Formação Brasil Jovem

Marcelo Viana da Silva, suplente

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

Maurício Santoro Rocha, titular

Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente – NECA
Heloísa Helena Daniel, suplente

Instituto Ayrton Senna
Simone Maria Al Behy André, titular

Instituto Aliança com o Adolescente
Solange Oliveira Leite, suplente

Instituto de Juventude Contemporânea – IJC
David Barros Araújo, Titular
Luciana Camila dos Santos Brandão, suplente

Jovens com uma Missão – JOCUM
Carlos Eugênio Alves da Silva Rezende, titular
Thiago Rodrigues Gonçalves, suplente

Jovens Feministas de São Paulo:
Ana Regina Gagliardo Adeve, titular

Associação para o Desenvolvimento da Cidadania e Comunicação - ADESC
Camila Silveira Carvalho, suplente

Movimento de Organização Comunitária – MOC
Emanuel José Mendonça Sobrinho, titular

Ágere Cooperação em Advocacy
Iradj Roberto Eghrari, suplente

Nação Hip Hop Brasil
Anderson Clayton Passos, titular
Agnaldo Munhoz de Camargo, suplente

Pangea – Centro de Estudos socioambientais
Giuseppe Maria Voza, titular

Instituto IBI de Desenvolvimento Social
Maria Alice de Toledo Damasceno Saiki, suplente

Pastoral da Juventude
Edney Santos Mendonça, titular
Hildete Emanuele Nogueira de Souza, suplente

Rede de Jovens do Nordeste
Maria Divaneide Basilio, titular
Péricles Chagas Farias, suplente

Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA
Gabriela Barbosa Batista, titular

Rede Sou de Atitude
Karlos Ricaryo Mourão Pinheiro, suplente

Rede Fale
Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, titular
Leandro Silva Virgínio, suplente

Viva Rio
Clarissa Ribeiro Huguet, titular

Instituto Sou da Paz
Marcos Góes, suplente

União de Negros pela Igualdade – UNEGRO
Ângela Cristina Santos Guimarães, Titular
Jussara Pereira de Lima, Suplente

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES
Thiara Milhomen, titular
Fabrício Lopes da Silva, suplente

União Brasileira de Mulheres – UBM
Daniele Costa Silva, titular
Valéria Melki Busin, suplente

União da Juventude Socialista – UJS
Marcelo Brito da Silva, titular

Juventude do PMDB
Salustriano Lucas Márquez Lemes, suplente

União Nacional dos Estudantes - UNE
Lúcia Kluck Stumpf, titular
Márvia Scárdua, suplente

União dos Escoteiros do Brasil
João Marcelo Lobo Bandeira, titular
Carolina Torres Silva, suplente

União Geral dos Trabalhadores – UGT
João Marcos Pereira Vidal, titular
Fernando Almeida Cortizo, suplente

Confederação Nacional de Municípios
Ricardo Hermany, suplente

Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados
Cláudio Antonio Vignatti, titular
Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes, suplente

Representantes da sociedade civil - entidades que atuam na defesa e promoção dos direitos da juventude

Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação
Maria Virgínia Freitas, titular
Pedro de Carvalho Pontual, suplente

Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG
Maria Luiza Nogueira Rangel, titular
Augusto Sérgio Vasconcelos de Oliveira, suplente

Confederação Brasileira de Empresas Juniores - Brasil Júnior
Rafael Martines, titular
Daniel Junqueira, suplente

CEAFRO - Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero
Agnaldo Neiva Silva, titular

Grupo Cultural Bagunçaço
Joselito Crispim dos Santos de Assis, suplente

Conselho Latino Americano de Igrejas - CLAI
Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, titular

Movimento Evangélico Progressista - MEP
Thiago Machado da Silva, suplente

Confederação Nacional dos Jovens Empresários - CONAJE
Giovanni Guerra Gobbi, titular
Leonardo de Bayma Rebouças, suplente

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
Maria Elenice Anastácio, titular
Armando Santos Neto, suplente

Contato - Centro de Referência da Juventude
Daniel Perini Frizzera da Mota Santos, titular

Associação para o Desenvolvimento da Cidadania e Comunicação - ADESC
Cristiano Tadeu da Silveira, suplente

Centro Popular de Cultura - CPC/UMES
Valério da Costa Bemfica, titular

Centro Universitário de Cultura e Arte - CUCA
Márcio Pereira Cabral, suplente

Central Única dos Trabalhadores - CUT
Isaac Cardoso dos Santos, titular
Leandro Gomes de Paula, suplente

Escola de Gente Comunicação em Inclusão
Cláudia Marina Werneck Arguelhes, titular
Fábio Meirelles Hardman de Castro, suplente

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF
Severine Carmem Macedo, titular
Eliane de Sousa Oliveira, suplente

Força Sindical
José Antonio Simão Rodrigues, titular
Almir Soares Ramos, suplente

Fundação Abrinq
Roseni Aparecida dos Santos Reigota, titular
Sandra Amaral de Oliveira Faria, suplente

Fundação Gol de Letra
Sóstenes Brasileiro Sampaio Vieira de Oliveira, titular
Raí Souza Vieira de Oliveira, suplente

Grupo de Institutos e Fundações e Empresas - GIFE
Neylar Coelho Vilar Lins, titular
Francisco Tancredi, suplente

Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual
Renato Marques Teixeira, titular

Astra – Direitos Humanos e Cidadania GLBT
Tatiane Aquino de Araújo, suplente

Grupo de Trabalho Amazônico - GTA
Edjales Benício de Brito, titular
Luã Gabriel dos Santos, suplente

Organização Não-Governamental CRIOLA
Luciane de Oliveira Rocha, titular

Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas – IBASE
Patrícia Lânes Araújo de Souza, suplente

Associação de Estudantes Indígenas
João Felipe Gomes Marcos, titular

Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
Domingas dos Santos Dealdina, suplente

Instituto Ayrton Senna
Viviane Senna Lalli, titular
Simone André, suplente

Observatório de Juventude da Universidade Federal Fluminense - UFF
Paulo César Rodrigues Carrano, titular

Observatório de Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Geraldo Magela Leão, suplente

Nação Hip Hop Brasil
Erieli Roberto de Melo, titular

Movimento Hip hop Organizado Brasileiro – MHHOB
Lamartine Silva, suplente

Frente Brasileira de Hip Hop - CUFA
Alex Pereira Barboza - MVBILL, titular
Francisco José Pereira de Lima, suplente

Organização Brasileira de Juventude - OBJ
Maurício Mendes Dutra, titular
Sandro de Resende Cardoso, suplente

Pastoral da Juventude
Elen Linth Marques Dantas, titular
Jonas Camargo Eugênio, suplente

Associação Cidade Escola Aprendiz
Judith Rachmuth Terreiro, titular
Ariane Leal Montoro, suplente

Rede de Jovens do Nordeste
Cíntia Maria Nascimento Cruz, titular
Erisvaldo Ferreira de Jesus, suplente

Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - REJUMA
Rangel Arthur de Almeida Mohedano, titular
Juca Ulhôa Cintra Paes da Cunha, suplente

Rede Feminista da Saúde
Thaís Dias do Carmo, titular
Ana Regina Gagliardo Adeve, suplente

Rede Nacional de Organizações da Juventude - RENAJU
Daniel Vaz Freire, titular
Josbertini Virgínio Clementino, suplente

Instituto Sou da Paz
Denis Mizne, titular
Melina Ingrid Risso, suplente

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES
Thiago Franco Batista de Oliveira, titular
Gabriel Lischinsky Alves dos Santos, suplente

União Nacional dos Estudantes - UNE
Gustavo Lemos Petta, titular
Louise Caroline S. de Lima e Silva, suplente

União dos Escoteiros do Brasil
Rodrigo Augusto Prando, titular
Carmen Virgínia Carvalho Barreira, suplente

Viva Rio
Clarissa Huguet, titular

Movimentos em Rede
Ricardo Schneider, suplente

Representantes da sociedade civil - pessoas com notório reconhecimento no âmbito das políticas públicas de juventude
Marcelo Fontes do Nascimento - YUKA, titular
José Alexandre Santos, suplente
Daniel Tojera Cara, titular
José Celso Pereira Cardoso Júnior, suplente
Helena Wendel Abramo, titular
Lívia di Tommasi, suplente
Miriam Abramovay, titular
Mary Garcia Castro, suplente

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - COMPOSIÇÃO 2006/2007

Mesa Diretora
Presidente: Elen Linth Marques Dantas
Vice - Presidente: Danilo Moreira
Secretária-Executiva: Enid Rocha Andrade da Silva

Representantes do Poder Público Federal
Secretaria-Geral da Presidência da República
Danilo Moreira da Silva, titular
Enid Rocha Andrade da Silva, suplente

Ministério da Educação
Rafael Carlos de Oliveira, titular
Alexandre Mayer César, suplente

Ministério do Trabalho e Emprego
Renato Ludwig de Souza, titular
Luciana Tannus da Silva, suplente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Aidé Cançado Almeida, titular
Carla Márcia de Lacerda Alves, suplente

Ministério da Saúde
Thereza de Lamare Franco Netto, titular
Ana Sudária Lemos Serra, suplente

Ministério da Ciência e Tecnologia
Alexandre Navarro Garcia, titular
Andréa de Castro Bicalho, suplente

Ministério da Cultura
Ernesto Valença, titular
Leandro dos Reis Lucheses, suplente

Ministério da Defesa
Morvan de Mello Moreira, titular
Fernando Wandscheer de Moura Alves, suplente

Ministério do Turismo
Gilberto Barbosa dos Santos, titular
Lara Chicuta Franco, suplente

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Fabiano Kempfer, titular
Márcia da Silva Quadrado, suplente

Ministério do Esporte
Cássia Damiani, titular
André Fettermann Coutinho, suplente

Ministério do Meio Ambiente
Marcos Sorrentino, titular
Daniela Kolhy Ferraz, suplente

Ministério da Justiça
Reinaldo Chaves Gomes, titular
Vinicius Gomes Wu, suplente

Gabinete de Segurança Institucional
Secretaria Nacional AntiDrogas/SENAD
Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, titular
Doralice Oliveira Gomes, suplente

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Stella Regina Taquette, titular
Ane Rosenir Teixeira da Cruz, suplente

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Jorge Luiz Carneiro de Macedo, titular
Bárbara Oliveira de Souza, suplente

Secretaria Especial de Direitos Humanos
Márcia Ustra Soares, titular
Carmem Silveira de Oliveira, suplente

Representantes dos Poderes Públicos Estadual ou do Distrito Federal, Municipal e Legislativo Federal

Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude
Roberto Rocha Tross, titular
Marcos Aurélio Garcia de Lemos, Suplente

Frente Nacional de Prefeitos
Newton Lima Neto, titular

ACREDITE

Na CAIXA, o crédito consignado tem as melhores taxas do mercado. Acredite.

A CAIXA tem tudo que você espera de um banco. E até aquilo que você não espera. Faça um empréstimo consignado na CAIXA.

Central de Atendimento CAIXA
0800 726 0101
0800 726 2492 (para pessoas com deficiência auditiva)

Ouvidoria
0800 725 7474

CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.



A CONTA
UNIVERSITÁRIA
CAIXA É BEM
FÁCIL DE ABRIR.
PORQUE, DE
DIFÍCIL, BASTA O
VESTIBULAR.



CONTA UNIVERSITÁRIA CAIXA. A GENTE ACREDITA NO SEU FUTURO.

Vida de universitário é cheia de novidades. E a melhor delas é a Conta Universitária CAIXA. Cartão de débito, crédito e cheque especial para você ter mais independência. Tudo isso bem rápido, sem burocracia e com as vantagens de ser cliente CAIXA. Abra já sua Conta Universitária CAIXA e aproveite. CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.



A partir de 0,5% a.m. por prazo de um a seis meses para aprovados do IESB. Custo efetivo total mensal para seis meses: 1,27%. Taxa de juros anual: 11,35%. Custo efetivo total anual para seis meses: 16,35%.

PACTO PELA JUVENTUDE

O Brasil precisa, a juventude quer!



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE
MONITORAMENTO DAS DELIBERAÇÕES

Realização:

Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE

Apoio:



Instituto Paulo Freire